



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED  
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e  
Saúde - PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,  
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**A inclusão escolar de alunos com NEE dos anos iniciais do ensino  
fundamental em Porto Nacional - TO: escola e professores estão  
preparados?**

**LEUZENE SOUZA DE OLIVEIRA JÚNIOR**

ORIENTADORA: Norma Lúcia Neris de Queiroz

BRASÍLIA/28 de dezembro de 2015.



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e  
Saúde - PGPDS

**LEUZENE SOUZA DE OLIVEIRA JÚNIOR**

**A inclusão escolar de alunos com NEE dos anos iniciais do ensino fundamental em Porto Nacional - TO: escola e professores estão preparados**

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientadora: Norma Lúcia Neris de Queiroz

BRASÍLIA/28 de dezembro de 2015.

## **TERMO DE APROVAÇÃO**

**A inclusão escolar de alunos com NEE dos anos iniciais do ensino fundamental em Porto Nacional - TO: escola e professores estão preparados?**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar – UnB/UAB. Apresentação ocorrida em 28/11/2015.

Aprovada pela banca formada pelas professoras:

---

Profa Dra. NORMA LÚCIA NERIS DE QUEIROZ (Orientadora)

---

Profa Ms. STELA MARTINS TELES (Examinadora)

-----

LEUZENE SOUZA DE OLIVEIRA JÚNIOR (Cursista)

Porto Nacional-To, 28 de novembro de 2015.

## **DEDICATÓRIA**

*Dedico a minha Esposa **Delma Oliveira** por estar sempre ao meu lado me apoiando e me dando forças para não desistir da minha caminhada e a toda minha família por sempre acreditar em mim.*

## **AGRADECIMENTOS**

Obrigado a:

Deus por sempre me conceder a cada novo dia: fé coragem e sabedoria para que eu vencesse mais esta batalha em minha vida.

Minha Esposa e todos os meus familiares por estarem sempre do meu lado me estimulando a cada dia para que enfim a vitória chegasse.

Professora Alzira minha parceira do Laboratório de Informática da Escola que sempre que podia estava me dando dicas muito valiosas referente ao Curso.

Diretora e Tutora do Polo Gláucia Thron por estar sempre disponível a nos ajudar tanto neste trabalho quanto na vida profissional.

Tutora Bianca Salomão que mesmo distante sempre cooperou e contribuiu para que obtenhamos êxito no Curso.

Orientadora Norma Lúcia Neris de Queiroz pelas contribuições, opiniões e estar sempre disposta a transmitir sua vasta experiência na área referente ao assunto pesquisado.

Universidade de Brasília – UnB através do Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano por ser um canal muito valioso e importante para a formação de professores comprometidos com a educação brasileira.

## RESUMO

Com o tema proposto para este trabalho, podemos verificar e analisar se, em Porto Nacional-TO, as escolas pesquisadas e os professores estão preparados para oferecer a inclusão escolar de verdade, acolhendo os alunos com NEE em escolas comuns. A metodologia de pesquisa utilizada aqui foi a qualitativa, pois entendemos que entre os objetivos propostos, ela é a mais adequada para respondê-los. No decorrer do estudo, pesquisamos a Legislação vigente sobre a inclusão escolar, destacando algumas leis, decretos, resoluções e normas técnicas que dispõem sobre o assunto, bem como buscamos conhecer algumas obras que destacam e analisam o assunto em várias perspectivas, Maciel e Barbato (2010) - defendem que a inclusão depende de um fazer discutido, refletido, de novas tomadas de decisão, em um processo dialógico de implementação e resistência no embate das crenças e valores de cada um. Dessen e Polonia (2007) destacam as contribuições da família e da escola para a promoção do desenvolvimento humano, enfatizando suas implicações nos processos evolutivos, tudo para enriquecer nossa visão sobre a necessidade e o que é a inclusão escolar para chegarmos à fase do trabalho de campo e não ficarmos a deriva sem ter noção do que se tratava o assunto em questão. A pesquisa campo serviu para conhecermos a estrutura arquitetônica das escolas, visando a acessibilidade e também conhecemos o PPP das escolas para conhecermos a prática e a estrutura humana/pedagógica e não apenas sua estrutura física. Tivemos a oportunidade de analisar dados da formação de alguns professores que atuam na inclusão escolar, bem como conhece-los a partir de entrevistas um pouco de sua experiência com alunos com NEE inseridos na sala regular. Entrevistamos três Diretores das escolas pesquisadas e também os professores das salas de recursos e um professor do ensino regular que recebe alunos com NEE. Contudo destacamos as três instituições com responsabilidades fundamentais para que a inclusão escolar aconteça de fato: o Estado, a família e a escola. Verificamos que todas estão falhas neste processo. Os resultados encontrados foram: as escolas estão trilhando no caminho certo, mas de forma ainda bastante lenta e precária. Constatou-se muitos problemas tais como: falta de acessibilidade/segurança nas escolas, profissionais qualificados para atuar como profissional inclusivo e desinteresse do Estado em oferecer recursos materiais e humanos para possibilitar que aconteça a inclusão escolar aconteça; a Legislação é bastante rica e se cumprida vejo que a inclusão esta perto de acontecer mas o que detectamos é a falta de cumprir a legislação estabelecida. As escolas estão fazendo o papel delas e estão no caminho mas o estado que deveria mais envolver nesta luta fica no querendo que aconteça e não fornece as estrutura e qualificação necessária.

**Palavras-chave:** Inclusão escolar. Acessibilidade. Formação Continuada dos professores.

## **LISTA DE SIGLAS**

ABNT – Associação Brasileira de Normas e Técnicas

Art – Artigo

DE1 – Diretor da Escola 1

DE2– Diretor da Escola 2

DE3 – Diretor da Escola 3

FUNDEB – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Brasileira

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

n – número

NEE – Necessidades Educativas Especiais

p - Página

PNE – Plano Nacional de Educação

PPP – Projeto Político Pedagógico

PRE1 – Professora da Sala Regular da Escola 1

PRE2 – Professora da Sala Regular da Escola 2

PRE3 – Professora da Sala Regular da Escola 3

PSRE1 – Professora da Sala de Recursos da Escola 1

PSRE2 – Professora da Sala de Recursos da Escola 2

PSRE3 – Professora da Sala de Recursos da Escola 3

TO - Tocantins

## SUMÁRIO

### RESUMO

<b>1 APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>13</b>
<b>2.1 - Uma escola para todos: A inclusão escolar .....</b>	<b>13</b>
<b>2.1.2 – Uma escola para todos – A acessibilidade .....</b>	<b>14</b>
<b>2.2 - Inclusão escolar – O que rege a Legislação?.....</b>	<b>16</b>
<b>2.3 - A inclusão escolar – Todos somos responsáveis – Estado, Escola e Família.....</b>	<b>19</b>
<b>2.4 - Os Professores na Educação Inclusiva –</b>	
<b>Responsabilidade fundamental - qualificação e formação continuada .....</b>	<b>21</b>
<b>2.5 - A atuação do professor dos anos iniciais frente à inclusão escolar.....</b>	<b>22</b>
<b>3 OBJETIVOS .....</b>	<b>24</b>
<b>4 METODOLOGIA DA PESQUISA .....</b>	<b>25</b>
<b>4.1 Contexto da Pesquisa .....</b>	<b>25</b>
<b>4.2 Participantes .....</b>	<b>33</b>
<b>4.3 Instrumentos de Construção das Informações .....</b>	<b>35</b>
<b>4.4 Procedimentos de Construção das Informações .....</b>	<b>36</b>
<b>4.5 Procedimentos de Análise das Informações .....</b>	<b>38</b>
<b>5 RESULTADOS E DISCUSSÃO .....</b>	<b>39</b>
<b>5.1 A realidade da acessibilidade nas escolas pesquisadas.....</b>	<b>39</b>
<b>5.1.1 - A acessibilidade na Escola 1 (E1).....</b>	<b>40</b>
<b>5.1.2 - A acessibilidade na Escola 2 (E2).....</b>	<b>43</b>
<b>5.1.3- A acessibilidade na Escola 2 (E2).....</b>	<b>45</b>
<b>5.2 A formação e atuação dos profissionais da educação.....</b>	<b>47</b>
<b>5.2.1 Educação inclusiva a partir das concepções dos profissionais de educação em</b>	
<b>questão .....</b>	<b>48</b>
<b>5.2.2 O envolvimento, as adaptações e as dificuldades encontradas pelos professores na</b>	
<b>inclusão escolar. ....</b>	<b>49</b>
<b>5.2.3 Interação entre professores da sala regular e da sala de recursos.....</b>	<b>51</b>
<b>5.2.4 Um dia normal de aula com alunos com NEE, a necessidade de auxílio de</b>	
<b>monitor/cuidador e as dificuldades de um aluno com NEE na sala de regular e</b>	
<b>de recursos.....</b>	<b>51</b>
<b>5.2.5 A qualificação dos professores que atuam na inclusão escolar. ....</b>	<b>53</b>

<b>5.2.6 A interação entre os pais e professores de alunos com NEE existe? .....</b>	<b>54</b>
<b>5.2.7 falando um pouco sobre a importância do estado, escola e família no contexto inclusão .....</b>	<b>55</b>
<b>5.2.8 Sugestão de como deveria ser a inclusão de aluno com NEE na escola.....</b>	<b>57</b>
<b>5.2.9 o apoio do poder público para a inclusão escolar .....</b>	<b>57</b>
<b>5.2.10 a escola já necessitou e solicitou recursos materiais e humanos para atender aos alunos com NEE? .....</b>	<b>57</b>
<b>5.2.11 falando um pouco da história da inclusão na escola dentro da sua trajetória profissional:.....</b>	<b>58</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>59</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>62</b>
<b>APÊNDICES</b>	
<b>A - Roteiro para entrevista com diretores.....</b>	<b>64</b>
<b>B - Roteiro para entrevista com diretores .....</b>	<b>66</b>
<b>C – Planilha para verificação de acessibilidade nas escolas pesquisadas.....</b>	<b>67</b>
<b>ANEXOS</b>	
<b>A - Termo de consentimento livre e esclarecido .....</b>	<b>68</b>
<b>B – Carta de Apresentação .....</b>	<b>79</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

A inclusão escolar é um tema que no primeiro momento parece ter uma resposta óbvia, uma vez que já estamos no século XXI. O que é inclusão escolar de alunos com necessidades especiais de aprendizagem?

Para responder a questão lançada anteriormente faz-se necessário pensar que os responsáveis tenham de sair do empirismo e seguir um caminho com respaldo científico, no qual se busca identificar os motivos e as condições que podem influenciar a escola e a preparação dos profissionais da educação ou não.

Para subsidiar este estudo, buscamos textos teóricos e legislações aprovadas que dizem respeito à inclusão escolar, bem como procuramos elaborar contribuições destinadas à conscientizar a sociedade, os pais, as escolas e o poder público em relação às condições da escola da educação básica e do Estado com vistas à inclusão dos alunos com necessidades especiais de aprendizagem nos anos iniciais do ensino fundamental da rede de ensino prússica estadual do Tocantins, especialmente, escolas de Porto Nacional.

Para reivindicarmos a educação inclusiva no ensino regular torna-se essencial ter contato e conhecer a legislação que regula a educação especial, obtendo assim amparo legal para exigirmos uma verdadeira inclusão do aluno com Necessidades Educativas Especiais (NEE) na escola. É importante verificar as condições físicas apresentadas pelas escolas e suas dificuldades para atender aos alunos Necessidades Educativas Especiais (NEE). Além das condições das escolas, buscamos identificar a formação dos profissionais e a qualidade dessa formação.

A Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional – (LDB 9394 de 20 de dezembro 1996), no caput do Art 58 deixa claro que a educação especial (inclusão) deve ser oferecida preferencialmente no ensino regular. E o Art 59 dessa mesma lei prevê que os sistemas de ensino assegurarão aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotados o atendimento por professores com especialização e professores do ensino regular com formação adequada em nível médio ou superior para a integração desses alunos às classes comuns. Então, a formação inicial/especialização que os professores devem ter está expressa na LDB vigente anteriormente citada.

Entre os dias 7 e 10 de junho de 1994, data anterior à promulgação da LDB (1996), reuniram, em Salamanca na Espanha, delegados da Conferência Mundial de Educação Especial, representando 88 governos e 25 organizações internacionais em Assembleia, inclusive tendo o Brasil como um dos países signatários desta declaração, reafirmando o

compromisso com a Educação para Todos (1990), reconhecendo a necessidade e a urgência de ofertar educação para crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino e reafirmando o compromisso do Estado com a Educação Especial.

Sendo assim, foi criada a Declaração de Salamanca (1994), a qual exigiu que fossem adotados princípios de educação inclusiva em forma de lei ou de política, matriculando todas as crianças em escolas regulares, a menos que existissem fortes razões para agir de outra forma. Para atender a esses princípios foi necessário que tanto as escolas se organizassem e oferecessem formação aos profissionais da educação em serviço quanto aos estudantes em nível de formação inicial nas licenciaturas, incluindo a educação especial dentro das escolas inclusivas para atender a todos os alunos, respeitando suas características e assegurando a eles o direito de ter acesso a uma educação de qualidade, evitando possíveis discriminações que levam a exclusão escolar.

É importante para a oferta da educação de qualidade que sejam assegurados mecanismos participativos e descentralizados para planejamento, revisão e avaliação de provisão educacional para crianças e adultos com necessidades educacionais especiais.

Justifica-se este estudo porque os profissionais devem garantir formação específica em sua área de atuação. Não estamos dizendo que as áreas de atuação na educação especial devam trabalhar separadamente nas diversas disciplinas. Consideramos que a educação escolar é guiada por um conjunto de conteúdos/conhecimentos, preferencialmente, portanto, não deve ser oferecido de forma individualizada. Ao contrário, a escola deve ofertar uma prática interdisciplinar, na qual os conteúdos/conhecimentos se completem entre si. Com isso, os profissionais devem buscar ser cada vez melhores em sua área do conhecimento e ser uma ponte para que outras disciplinas sejam compreendidas e apreendidas da melhor forma possível.

Outra justificativa é a necessidade de comprovar por meio da pesquisa que a inclusão escolar deve acontecer de forma prazerosa e permanente em nossas escolas. Este prazer pode ser proporcionado pela boa formação do profissional, bem como pelas condições de estrutura física adequadas das escolas, garantindo maior acessibilidade e segurança dos alunos com necessidades especiais educacionais.

Com isso, este estudo visa contribuir de forma significativa com os profissionais da educação, incluindo professores, gestores, coordenadores pedagógicos, autoridades que atendem aos alunos com necessidades especiais educacionais. Por outro lado, este estudo

pode servir de fonte de pesquisa para reivindicarmos melhorias na formação continuada dos profissionais da educação e na formação inicial dos futuros profissionais da educação.

O presente estudo tem como objetivo contribuir de forma positiva com argumentos que possam colaborar para solucionar possíveis lapsos prejudiciais ao desenvolvimento dos alunos na educação especial, bem como apontar possíveis remédios que possam amenizar falhas, considerando que as práticas pedagógicas inclusivas são dinâmicas e estão sempre em transformação no dia a dia e também em relação a necessidade de uma escola preparada estruturalmente para receber alunos com qualquer especialidade tanto motora quanto psíquica,

Sendo assim, a principal finalidade de nosso estudo, aqui, é mostrar e evidenciar a realidade de inclusão escolar dos alunos com necessidades educativas da cidade de Porto Nacional-TO, a partir do embasamento legal.

Para isso, definimos como objetivo realizar um levantamento em algumas escolas da cidade, observando o espaço físico e entrevistando profissionais da educação e profissionais responsáveis pela inclusão escolar.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 - Uma Escola para Todos: a inclusão escolar

Antes de mais nada temos de ter consciência como: educadores/pais/escola que a inclusão escolar se tornará realidade, ou seja, terá existência não só com a presença dos alunos com necessidades educacionais especiais presentes na escola, mas com uma transformação da postura da comunidade escolar. Neste sentido, o ambiente escolar deve ser transformado para que o aluno possa de fato se desenvolver e promover a existir um a inclusão de fato. Contudo não podemos deixar de citar Figueiredo (2002) que afirma a necessidade de uma transformação escolar para consolidar e efetivar a inclusão, abandonando práticas e modelos que discriminam qualquer aluno através de soluções paliativas. O autor afirma, ainda, “que não se trata de adequar, mas de transformar a realidade das práticas educacionais em função de um valor universal que é o desenvolvimento do ser humano” (2002, p. 68).

Ferreira (2005) destaca também que a inclusão escolar é basicamente a garantia ao acesso e à permanência do aluno na instituição escolar. A inclusão deve ser caracterizada como “do mais pleno desenvolvimento escolar de todos os alunos, em um espaço de relações educacionais que valorize a diversidade como riqueza humana e cultural” (FERREIRA, 2005, p. 65).

Sabemos que o debate sobre a educação especial e inclusiva, no Brasil, ganhou destaque durante a tramitação do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2020), o qual traçou 20 metas para o país cumprir no prazo de uma década. Por outro lado, destaca-se como um ponto negativo a manutenção na redação final da meta 4 que diz o seguinte:

Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, **preferencialmente**, na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados (PNE 2014-2020, Meta 4)

Contudo a palavra “preferencialmente”, que, segundo especialistas, abre espaço para crianças com necessidade educacionais especiais permaneçam matriculadas apenas em escolas especiais, ferindo tratados internacionais sobre o tema, assinado pelo Brasil.

Constatamos ainda que antes do PNE (2001-2011) e da LDB 9394/96, os textos não priorizavam a matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino. Portanto, para que haja a inclusão escolar, os profissionais da educação devem consultar a legislação, entender e praticar o trabalho em equipe tanto dentro das escolas quanto em cooperação com a família e respaldo do Estado. É preciso garantir por meio de fomentos estruturais e capital da escola, da família e da capacitação dos profissionais, envolvidos nesta inclusão, estes três personagens (escola, família e estado) e identificaremos a devida importância ao longo do trabalho.

Devemos, portanto, nos conscientizar de que a inclusão escolar não é uma escolha ou preferência, mas uma obrigação assegurada por meio de Leis, decretos, portarias, resoluções e notas técnicas que serão abordados também no decorrer do nosso trabalho. Devemos destacar também que o professor tem por obrigação de se qualificar e se especializar para que a inclusão tenha mais facilidade de acontecer como ampara a LDB/1996 no seu Art. 59, inciso III: “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

### **2.1.2 – Uma Escola para Todos – a acessibilidade**

Um dos focos da nossa pesquisa além da inclusão e da qualificação do profissional que atua com a inclusão de alunos com necessidades especiais de aprendizagem é a acessibilidade das escolas que recebem este tipo de aluno, então é coerente buscar também embasamento teórico sobre a legislação e de como se transformar uma escola com o mínimo de acessibilidade para que a inclusão alcance uma aceitação adequada.

Vamos agora dar ênfase a chamada de Lei de Acessibilidade, Lei nº 10.098 de 19 de novembro de 2000, que teve como normas gerais e critérios básicos promover a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida. Citado no seu Art. 17 o seguinte:

O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer (p. 04).

Logo depois em 2004 foi criado o Decreto n. 5296/04 que regulamentou a Lei anteriormente citada a Lei 10.098 estabelecendo normas gerais e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conceituando acessibilidade em seu Art. 8º Inciso I:

Acessibilidade: condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou mobilidade reduzida.

Já no Art. 11 do mesmo Decreto acima é especificado a finalidade da acessibilidade:

Art. 11. A construção, reforma ou ampliação de edificações de uso público ou coletivo, ou a mudança de destinação para estes tipos de edificação, deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis à pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

A Constituição Federal em seu Capítulo VII, Art. 227 prevê a “facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos”, determinando ainda, no parágrafo segundo, que “a lei disporá sobre normas de construção dos logradouros e dos edifícios de uso público e de fabricação de veículos de transporte coletivo, a fim de garantir acesso adequado às pessoas com deficiência”. No Capítulo IX, Art. 244, a Constituição dispõe sobre “adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes a fim de garantir acesso adequado às pessoas com deficiência”.

O Ministério da Educação através da Secretaria de Educação Especial em 2009 lançou o “*Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas: O direito à escola acessível!*” que tem a função explicar como atender aos itens obrigatórios da atual norma técnica e, além disso, incluir outros aspectos através de recomendações e sugestões, tudo isso previsto pela comissão da Associação Brasileira de Normas e Técnicas – ABNT que está desenvolvendo normas técnicas específicas para espaços escolares. Tendo ainda como objetivo central:

fornecer conhecimentos básicos e instrumentos de avaliação que permitam identificar as dificuldades encontradas por alunos com deficiência no uso dos espaços e equipamentos escolares, fornecer conhecimentos básicos e instrumentos de avaliação que permitam identificar as dificuldades

encontradas por alunos com deficiência no uso dos espaços e equipamentos escolares. Acreditamos que a identificação dos problemas que enfrentam é o primeiro passo para desenvolver soluções que minimizem ou eliminem as barreiras físicas, a fim de possibilitar a inclusão no ensino. (BRASIL, 2009. p.120)

O manual é bastante prático e chama a atenção por possuir ilustrações dos problemas mais comuns encontrados nas escolas com as referidas propostas de soluções que atenderá desde a chegada dos alunos com necessidades especiais desde as mediações da escola até a acessibilidade dentro dela nas(os): salas de aula, salas de recursos, bibliotecas, áreas abertas, quadras poliesportivas, banheiros, corredores, refeitórios, etc.

Notamos através desta pesquisa documental da legislação sobre a acessibilidade que existe amparo legal suficiente para que aconteça a acessibilidade nas escolas, mas para que isto aconteça é fundamental a participação do Estado, da Escola e da família: **Estado**: ter a boa vontade e interesse de fornecer equipamentos e reformas nas escolas; **Escola**: elaborar projetos de acessibilidade e exigir do estado as melhoras necessárias; **Família**: Ter consciência da Lei e cobrar da escola e poder público para que exista uma escola acessível a todos. De acordo Ribeiro (2011. p.02) “ainda há um grande distanciamento entre a legislação e a realidade.”

## **2.2 – A inclusão Escolar – O que rege a legislação?**

Não queremos explicar, aqui, sobre o histórico e a evolução da legislação que norteia o ensino especial no Brasil, mas destacar alguns decretos, portarias, resoluções, notas técnicas e leis que dispõem sobre o assunto e que amparam o ensino especial digno aos alunos com necessidades especiais de aprendizagem e também que respalda a qualificação dos professores, bem como o que equipa e qualifica as escolas para receberem estes alunos.

### **Constituição da República Federativa do Brasil – 1988**

A Carta Magna, em seu Art. 3º, inciso IV estabelece que “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. É possível constatar, ainda, que no Art. 205 desta Constituição Federal de 1988, a educação foi configurada como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Podemos destacar ainda o Art. 206, inciso I, estabelece: “igualdade de condições de acesso e

permanência na escola” e o Art. 208 destaca a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente, na rede regular de ensino.

### **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva – 2008**

Não podemos deixar de citar esta referida política de educação especial em nosso trabalho, esta proposta foi elaborada pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008 e tem como uma de suas principais e mais importantes finalidades assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino.

É colocado claramente na política nacional de educação especial a necessidade de se elaborar e fazer valer as políticas públicas voltadas a educação especial inclusiva através de investimentos em material humano e físico nas escolas:

Cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete, bem como de monitor ou cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial.

Esta formação deve contemplar conhecimentos de gestão de sistema educacional inclusivo, tendo em vista o desenvolvimento de projetos em parceria com outras áreas, visando à acessibilidade arquitetônica, os atendimentos de saúde, a promoção de ações de assistência social, trabalho e justiça. (p. 17-18)

### **O ECA - Lei nº. 8.069/90 e A LDB (Lei 9394/1996):**

O artigo 55 reforça os dispositivos legais supracitados ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”.

O Art 4º inciso III prevê o atendimento educacional especializado gratuito aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal em todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente, na rede regular de ensino (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013); Além deste artigo, a LDB reserva o Capítulo V exclusivamente à EDUCAÇÃO ESPECIAL, explanando sobre os alunos e a qualificação dos profissionais da educação:

No artigo 58, § 1º, haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

Já no § 2º, o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

No § 3º, a oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

No art. 59, inciso I, os currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II – na terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

O Art. 60 define que os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

### **O Plano Nacional de Educação – PNE**

Regulamentado pela Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014 – com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal. Podemos citar algumas diretrizes traçadas pelo PNE relacionados à inclusão e a valorização dos profissionais da educação que mais se relacionam

com nosso Tema, são elas: a erradicação do analfabetismo; a universalização do atendimento escolar; a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; a melhoria da qualidade da educação; a valorização dos (as) profissionais da educação; a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

### **2.3 – A Inclusão Escolar – Todos somos responsáveis - Estado, Escola e Família**

Levando-se em consideração o Estado, a Escola e a Família como instituições que devem trabalhar em conjunto para que haja uma melhoria tanto no desenvolvimento escolar do aluno, quanto em suas relações em outros contextos sociais, tais como: o âmbito familiar e profissional. Destacamos abaixo algumas relações existentes e necessárias entre essas três instituições:

**Família e Escola** ambas são responsáveis pela construção do conhecimento culturalmente organizado, modificando as formas de funcionamento psicológico, de acordo com as expectativas de cada ambiente. Elas emergem como duas instituições fundamentais para desencadear os processos evolutivos das pessoas, atuando como propulsoras ou inibidoras do seu crescimento físico, intelectual, emocional e social.

**Família:** - Considerada a primeira instituição social que, em conjunto com outras, busca assegurar a continuidade e o bem estar dos seus membros e da coletividade, incluindo a proteção e o bem estar da criança. - Sistema social responsável pela transmissão de valores, crenças, ideias e significados que estão presentes nas sociedades, DESSEN e POLONIA, 2007, Apud (KREPPNER, 2000). Constitui a unidade dinâmica das relações de cunho afetivo, social e cognitivo que estão imersas nas condições materiais, históricas e culturais de um dado grupo social. - Matriz da aprendizagem humana, com significados e práticas culturais próprias que geram modelos de relação interpessoal e de construção individual e coletiva.

**Escola:** - Constitui um contexto diversificado de desenvolvimento e aprendizagem, isto é, um local que reúne diversidade de conhecimentos, atividades, regras e valores e que é permeado por conflitos, problemas e diferenças, DESSEN e POLONIA, 2007, Apud (MAHONEY, 2002). – Espaço físico, psicológico, social e cultural que os indivíduos processam o seu desenvolvimento global, mediante as atividades programadas e realizadas em

sala de aula e fora dela (Rego, 2003). - Uma instituição fundamental para o indivíduo e sua constituição, assim como para a evolução da sociedade e da humanidade (Davies & cols., 1997; Rego, 2003). – Compete propiciar recursos psicológicos para a evolução intelectual, social e cultural do homem (HEDEGGARD, 2002; REGO, 2003). - Instituição social com objetivos e metas determinadas, que emprega e reelabora os conhecimentos socialmente produzidos, com o intuito de promover a aprendizagem e efetivar o desenvolvimento das funções psicológicas superiores: memória seletiva, criatividade, associação de ideias, organização e sequência de conhecimentos, dentre outras (Oliveira, 2000).

**Relação família-escola:** - A estrutura familiar tem um forte impacto na permanência do aluno na escola, podendo evitar ou intensificar a evasão e a repetência escolar. - A omissão da família exerce uma grande influência na formação de algumas características negativas como: ausência de hábitos de estudo, a falta às aulas e os problemas de comportamento. – ambas são ambientes de desenvolvimento e aprendizagem humana que podem funcionar como propulsores ou inibidores dele e muitas vezes quando um jovem se desencaminha, é comum colocarem sobre os largos ombros da escola, a culpa por não ter cumprido, totalmente, sua missão de educar sendo que a família pode também ter a maior culpa.

Contudo podemos notar que a escola, juntamente com a família, possui diversas responsabilidades na formação integral do cidadão, como por exemplo:

Uma de suas tarefas mais importantes, embora difícil de ser implementada, é preparar tanto alunos como professores e pais para viverem e superarem as dificuldades em um mundo de mudanças rápidas e de conflitos interpessoais, contribuindo para o processo de desenvolvimento do indivíduo (DESSEN, POLONIA, 2007, p.25).

De acordo com os princípios da Constituição Federal Brasileira (1988), é notório que as três instituições: Estado, Escola e Família têm por obrigação e dever existirem de forma cooperativa de maneira que exista uma educação de qualidade e atenda de maneira satisfatória a sociedade, contudo podemos constatar também que quando algo não vai bem em sua casa, a estrutura familiar não possibilita uma certa condição, ou quando os pais não se interessam pelo que seu filho está aprendendo, o reflexo de tudo aparecerá na escola.

Não precisamos pensar muito para entrar num consenso que a família é um dos primeiros ambientes de socialização do ser humano, é nela que a pessoa aprende a ter limites, aprende o que é respeito e disciplina e muito mais, mas infelizmente a família esta omissa e entrando em falência e transferindo sua responsabilidade para a escola, e a escola por sua vez

não consegue cumprir nem sempre apenas o seu papel não tem condições e assumir o papel da família, deixando assim o jovem vulnerável a marginalidade sem projetos futuros de vida. Contudo podemos concordar quando Dessen e Polonia, (2007), defende que é no ambiente familiar a criança aprende a administrar e resolver os conflitos, a controlar as emoções, a expressar os diferentes sentimentos que constituem as relações interpessoais e lidar com as diversidades e adversidades da vida.

Contudo, faz-se necessário que família e escola mantenham boas relações, pois, conforme mesmo já sugeria Gomes em 1993, é importante que uma conheça a realidade da outra, seus propósitos e objetivos de educação, para que, assim, a escola “possa adequar seus planejamentos às expectativas e condições reais de vida e de trabalho das famílias que lhes fornecem a clientela” (GOMES, 1993, p. 91).

#### **2.4 Os professores na educação inclusiva – responsabilidade fundamental - qualificação e formação continuada**

Muitas vezes não existe uma técnica pré-definida e nem receitas para atuar e fazer acontecer a inclusão escolar, mas nem por isso temos que em momento algum esquecer que a formação/especialização e uma formação continuada do professor sejam necessários para um melhor êxito no processo de ensino aprendizagem na inclusão escolar, para que de acordo com Maciel e Barbato (2010, p. 6) haja uma “construção de uma prática inclusiva extensiva a todos a partir de uma prática reflexiva, de acordo com os contextos em que atuam”. Ainda sobre a questão de não existir receitas para lidar com quaisquer questões relacionadas às técnicas de inclusão podemos entender quando Maciel e Barbato (2010) dizem que “dar um jeitinho” é que temos que usar este ditado de forma positiva pois a todo momento temos que dar um jeitinho para que obtenhamos êxito no processo ensino aprendizagem, ou seja temos que lidar com situações das mais diferentes e variadas no cotidiano escolar, e durante o desenrolar destas situações que devemos colocar em prática todo o nosso instinto e toda nossa aprendizagem/qualificação que temos em nosso dia a dia e em nossas formações para que tenhamos sucesso como profissional na área da educação. Portanto deve-se haver uma “relação com a coletividade, da colaboração e da interação com os outros, bem como com outras crianças que se encontram à frente no desenvolvimento” (MACIEL e BARBATO, 2010, p.64)

Contudo podemos destacar e utilizar algumas estratégias que de acordo com o (MACIEL e BARBATO, 2010, p.68 *Apud* MITJÁNS MARTINEZ 2006) são levados em conta na organização do trabalho pedagógico do contexto inclusivo que podem subsidiar o trabalho da coordenação pedagógica. Elaboramos e apresentamos aqui uma síntese dos aspectos abordados pela autora:

- a. favorecer a criação de espaços comunicativos/relacionais visando contribuir para gerar novas produções de sentido sobre aprendizagem e diferença;
- b. estimular o desenvolvimento da condição de sujeito negada pelas posições assistencialistas e paternalistas dominantes;
- c. conferir novo caráter aos processos diagnóstico e de avaliação educacional, a partir das seguintes caracterizações desses processos: a) seu caráter qualitativo; b) seu caráter construtivo; c) seu caráter processual; d) seu caráter interativo; e) seu caráter singular (MACIEL e BARBATO, 2010, p.68 *Apud* MITJÁNS MARTINEZ 2006)

## **2.5 A Atuação do professor dos anos iniciais frente à inclusão escolar**

Sabemos que os anos iniciais do ensino fundamental é destinado à formação da criança e do pré-adolescente, variando em conteúdos, métodos, segundo as fases de desenvolvimento dos alunos, onde professores e alunos se interagem na construção do conhecimento, devendo a escola oportunizar ao aluno um melhor desenvolvimento de suas capacidades e habilidades, para facilitar sua futura inserção na sociedade com uma melhor compreensão dos fenômenos culturais, sociais e até mesmo econômicos além de contribuir para a formação de um futuro cidadão conhecedor dos seus direitos e deveres capaz de agir, interagir e intervir no mundo de hoje, lembrando que a escola deve ter a iniciativa de cooperar para que surja este cidadão crítico e consciente e não ser uma mera ferramenta de domínio e controle social no mundo capitalista. Devemos contudo ter consciência que a escola é um aglomerado de pessoas e cada pessoa é um ser único e individual e diante destas diferenças individualizadas tem sim que existir a inclusão assim devemos levar em consideração que:

as pessoas também diferem em função dos hábitos, crenças, valores e atitudes que internalizam em função das práticas culturais do ambiente onde vivem. O respeito a essas diferenças configura-se por meio dos estudos multiculturais. A sensibilidade à diversidade humana acarreta em inclusão social (MACIEL e BARBATO, 2010, p.25).

Portanto vemos que o papel do professor nos anos iniciais é de fundamental importância pois é o primeiro contato que a criança tem com a escola e esse docente deve vigiar para que esta inclusão seja menos traumática para os alunos, sendo trabalhada de

maneira que todos se ajudem e cooperam para o bem comum que é fazer com que esta inclusão possa existir, porque todos devem ter condições e oportunidades na escola, como é colocado por (MACIEL e BARBATO, 2010, p.26) que deve-se enfatizar a crença de que é preciso desigualar condições para igualar oportunidades, ou seja, como o desenvolvimento humano é marcado pelas diferenças, necessitamos entendê-las e respeitá-las para que todos possam se desenvolver.

A atuação do professor se baseia em toda a relação entre alunos tão diferentes entre si e com potencialidades para diversas áreas e competências, o professor deve então ter uma vocação de pesquisador, ele deve tornar a sala de aula uma um experimento diário para que a inclusão aconteça, usando métodos dos mais diversos e ter sempre uma motivação a mais tentando desenvolver sua sensibilidade de compreender e se fazer compreender, de respeitar as especificidades de cada aluno e simultaneamente esperar e tentar a cada dia manipular os estímulos ambientais para que o processo ensino aprendizagem tem uma finalidade desejada no que se refere a sua ação interventora.

Diante de toda esta complexidade e diferenças existentes no ser humano e em alunos que estão começando sua caminhada na vida educacional é necessário que o professor tenha além de uma boa formação tenha também a consciência de que ele não sabe tudo e tem que estar em constante aprendizado buscando sua formação e especialização continuamente.

Contudo que foi colocado que é necessário priorizar as aulas embasadas nos seguintes princípios previstos no Art. 3º da LDB/1996:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

Quando analisamos os incisos do art. 3º da LDB (9394/96) especialmente igualdade de condições, liberdade de aprender, pluralismo de ideias e respeito à liberdade, estamos defendendo a democratização da escola que de acordo com a Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2014) a porta inicial para essa democratização é o acesso e permanência de todos no processo educativo. Portanto, o sucesso escolar pode ser reflexo da qualidade de ensino. Neste sentido, para que haja a inclusão dos alunos com NEE, a democratização da escola deve ser uma realidade.

### **3 OBJETIVOS**

#### **Objetivo geral**

Analisar as condições físicas oferecidas por três escolas da rede de ensino público de Porto Nacional – TO e a formação dos professores que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental.

#### **Objetivos específicos**

Analisar a legislação que rege a educação inclusiva dos alunos com necessidades educacionais especiais.

Identificar a concepção de educação inclusiva nos documentos que orientam a educação dentre eles: a LDB 9394/96, Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, PNE e os PPP das escolas pesquisadas.

Identificar as condições físicas das escolas pesquisadas analisando especialmente a acessibilidade.

Analisar a formação dos professores que atuam nas escolas participantes deste estudo em Porto Nacional - TO.

## 4 METODOLOGIA DE PESQUISA

Nesta parte do estudo descreveremos em um breve resumo, no qual a pesquisa aconteceu, bem como o campo, os participantes, as técnicas de coletas de dados, os instrumentos de construção das informações e os procedimentos de construção das informações.

A metodologia de pesquisa utilizada aqui é a qualitativa, pois entendemos que com esses objetivos, ela é a mais adequada, Segundo Silva & Menezes (2000, p. 20), “a pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números”, portanto podemos dizer que a pesquisa qualitativa é aquela que busca entender fenômenos específicos com descrições, comparações e interpretações. e não amarrados especificamente por dados estatísticos e gráficos ligados especialmente em mostrar resultados numéricos quantitativos.

### 4.1 – Contexto da Pesquisa:

O estudo foi realizado na cidade de Porto Nacional-TO que está situada na região central de Tocantins, a 52 Km da capital do estado, Palmas, com uma extensão territorial de 4.449,892 km<sup>2</sup>, sendo 0,03 km<sup>2</sup> de área urbana. O município tem como limites territoriais: Norte: Miracema do Tocantins, Leste: Palmas, Monte do Carmo e Silvanópolis, Sul: Ipueiras, Brejinho de Nazaré, Fátima, Oeste: Oliveira de Fátima, Nova Rosalândia, Pugmil e Paraíso do Tocantins. Segundo dados do IBGE a estimativa populacional em 2014 é de 51.846.

O campo de pesquisa foi 3 (três) escolas que atuam com anos iniciais do ensino fundamental e possuem alunos com necessidades especiais de ensino, sendo 2 (duas) da rede estadual e 1 (uma) municipal, para manter a discrição vamos chamá-las as escolas de E1, E2 e E3.

Através do Projeto Político Pedagógico (PPP) das escolas podemos traçar os perfis abaixo:

**Escola E1:** Criada em 1978 está localizada na zona urbana de Porto Nacional, sua estrutura física, apesar de ser construída no período de 1960 – 1961 é considerada moderna, suas paredes em concreto deixam transparecer segurança. As salas de aulas, num total de 13 (treze) estão dentro das medidas padrão, são bem iluminadas, arejadas e possuem uma boa acústica. Possui uma sala de recursos destinada a Educação Especial. As Salas da administração ficam em um pequeno prédio de 10 cômodos com estrutura em concreto,

possui boa iluminação. Salas ambientes: Um laboratório de informática, uma biblioteca, uma cozinha, um refeitório numa área coberta sem paredes nas laterais.

Para as atividades pedagógicas, culturais, recreação, desportivas, promoção de eventos culturais, aulas de Educação Física e aulas recreativas a escola conta com uma quadra poliesportiva em medidas oficiais, coberta, porém sem arquibancada e sem vestiário.

A Escola é de Regime Integral amparada pela Lei 9.394 (LDB, 1996) que estabelecem diretrizes e bases da educação nacional, determina, em seu Artigo 34, Parágrafo Segundo que o ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino. Garantindo a permanência do aluno na escola por um período de 8 horas e 30 minutos, destas, 7 horas são efetivo trabalho escolar e 1 hora e 30 minutos são distribuídas entre os períodos do café da manhã, almoço e lanche. O horário de entrada, às 7 horas e 30 minutos e a saída às 16 horas. São previstos 200 dias letivos, sendo 100 em cada semestre, ministrados em 40 semanas, com 7 aulas diariamente com duração de 60 minutos num total de 35 aulas semanais. As disciplinas adotadas são distribuídas por Área do Conhecimento e Parte Diversificada.

A Estrutura Curricular está organizada por área de conhecimento:

**a) Núcleo Comum:**

Linguagens, Códigos e suas Tecnologias: Língua Portuguesa, Arte e Educação Física;

Matemática: Matemática;

Ciências da Natureza e suas tecnologias: Ciências;

Ciências Humanas e suas Tecnologias: História, Geografia e Ensino Religioso;

**b) Parte Diversificada:**

Língua Estrangeira Moderna – Inglês, Filosofia, Estudo Dirigido, Leitura, Informática, Experiência Matemática, Iniciação Musical, Dança, Jogos de tabuleiro/xadrez, Teatro e Artes Marciais - Capoeira.

**c) No Ensino Fundamental II:** acrescenta-se na parte diversificada a disciplina de Língua Estrangeira Moderna - Espanhol.

Os Temas Transversais são trabalhados interdisciplinarmente, sendo estes: saúde ética, meio ambiente, gênero, direitos humanos, pluralidade cultural e sexualidade. As questões ligadas ao regionalismo têm tratamento específico conforme a demanda. Os conteúdos de História, Cultura Afro-Brasileira e Indígena são ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Arte e História, conforme Lei nº 11.645/2008 que

altera a lei nº 9.394/96, modificada pela Lei nº 10.639/2003. A disciplina de Filosofia é articulada com temas vivenciados pelos alunos em suas inserções como integrantes de uma sociedade complexa com grande diversidade sociocultural, tais como a ética, os valores, a moral dentre outros. As disciplinas de Teatro, Artes Marciais-Capoeira, Dança, Iniciação Musical e xadrez têm 4 horas destinadas ao treinamento durante a semana distribuídas após o tempo escolar diário. História e Geografia do Tocantins compõem os Programas de História e Geografia respectivamente.

O Projeto Político Pedagógico (2015) da referida escola tem como slogan “Promovendo Educação Inclusiva” e possui um projeto de inclusão: “Descobrimo e Crescendo Junto com a Família” tendo como objetivos: - Contribuir para que a família adquira uma melhor compreensão de inter-relação com a escola, atendendo aos educandos com necessidades especiais proporcionando a eles condições para superar suas dificuldades e desenvolver as habilidades incentivando o incremento das relações interpessoais entre família e escola, tendo como foco a promoção de momentos de descontração entre alunos/escola/família e auxiliando os alunos com necessidades educacionais especiais para que superem as dificuldades de aprendizagem com a ajuda da família na sala de recursos e sala regular.

A escola possui 40 servidores alocados nas mais diversas funções como consta no quadro abaixo:

**Quadro 1 – Profissionais da Escola 1**

<b>FUNÇÃO</b>	<b>QUANT</b>
Gestor	01
Coordenador Pedagógico	02
Coordenador de Programas e Projetos	02
Coordenador de Cultura e Educacional	01
Orientador Educacional	01
Secretário Geral	01
Coordenador Financeiro	01
Apoio Pedagógico (Remanejado de Função	04
Professor Regente de disciplinas 6º ao 9º Núcleo Comum	06
Professores Disciplinas Diversificadas	04
Auxiliar Administrativo	03

Coordenador da Merenda	01
Agente Administrativo Educacional – Merenda	04
Agente Administrativo Educacional – Serviços Gerais	06
Agente Administrativo Educacional – Vigias	03

**Fonte: Material da coleta de dados do Pesquisador**

**Escola E2** criada em janeiro de 1986, oferece de 2º ao 9º ano do Ensino Fundamental dos anos iniciais e finais, Sala de Recursos e Educação Jovens Adultos. Atualmente a escola participa do Projeto de Educação de Tempo Integral e conta com cento e oitenta e três alunos distribuídos nos turnos matutino, vespertino e noturno. Hoje, a escola possui em seu quadro 26 (vinte e seis) servidores no quadro administrativo e 15 (quinze) docentes como demonstrado no quadro abaixo:

#### **Quadro 2 – Profissionais da Escola 2**

<b>FUNÇÃO</b>	<b>QUANT</b>
Gestor	01
Coordenador Pedagógico	02
Coordenador de Programas e Projetos	04
Coordenador de Cultura e Educacional	01
Orientador Educacional	01
Secretário Geral	01
Coordenador Financeiro	01
Apoio Escolar	01
Professor Regente de disciplinas 6º ao 9º Núcleo Comum	14
Professores Disciplinas Diversificadas	04
Auxiliar Administrativo	01
Agente Administrativo Educacional – Merenda	03
Agente Administrativo Educacional – Serviços Gerais	04
Agente Administrativo Educacional – Vigias	03

**Fonte: Material da coleta de dados do Pesquisador**

A Escola tem jornada ampliada com alunos 7 horas e meia dentro da escola, sendo que em 2013 no período integral atendemos 129 alunos de 1º ao 7º ano e na Educação de Jovens e Adultos temos 57 alunos.

A referida escola apresenta uma estrutura que atende toda a comunidade na qual está inserida, apresentando as seguintes dependências:

- 10 salas de aulas de placas de cimento muito quentes forradas com pvc contendo dois ventiladores de teto e quatro lâmpadas Fluorescentes;
- Uma biblioteca com rico acervo bibliotecário sempre atualizado mesas e cadeiras suficientes que atendem às Comunidades interna e externa;
- Uma sala de professores com armário de gavetas individuais para cada professor: 2 banheiros interligados;
- Uma sala de informática para professores e alunos desenvolverem os projetos pedagógicos e atividades;
- Uma sala grande que atende as disciplinas dança Artes ciências e artes marciais;
- Uma secretaria Ampla onde também atende o apoio de da merenda escolar;
- Sala de almoxarifado;
- Sala da diretoria Geral com banheiro;
- Sala da Coordenação financeira;
- Recepção das salas de gestão;
- Almoxarifado do Acervo passivo;
- Uma Cantina contendo três salas;
- Uma sala para atendimento na distribuição do lanche uma para o preparo da merenda em um depósito de merenda escolar e mais uma área de serviço;
- Dois banheiros 1 masculino e outro feminino contendo três divisórias com vasos sanitários um chuveiro uma pia com duas bacias de um espelho interditado previsto ainda esse ano para reforma;
- Dois banheiros externos um masculino e outro feminino contendo: pias, duas divisórias com vasos sanitários e acessibilidade com rampa e com chuveiro em uso;
- Uma videoteca com espaço bastante amplo com duas estantes para organização dos materiais um armário uma mesa e um suporte para TV e 2 multimídias;
- Foi construído um jardim em toda a área da escola tornando o ambiente agradável e acolhedor;
- Uma área coberta para realização de aulas de educação física e lazer da clientela;

**Escola E3:** A Escola esta localizada na zona urbana da cidade e atende crianças do 1º ao 5º ano do ensino fundamental (220 alunos) em regime integral e Educação de Jovens e Adultos (121alunos) à noite. Tem como meta visar uma educação de qualidade com jovens participativos e atuantes. Sendo criada em 1994 pelo Decreto n. 1441 de 10 de março do mesmo ano.

Os alunos estão subdivido nos períodos matutino, vespertino e noturno:

**Quadro 3 – Turmas e número de alunos**

Período Matutino	
Turmas	Quantidade de Alunos
2ª ano U	30 alunos
3ª ano A	30 alunos
4ª ano A	32 alunos
5ª ano A	24 alunos
Período Vespertino	
1ª ano U	25 alunos
3ª ano B	29 alunos
4ª ano B	28 alunos
5ª ano B	21 alunos
Período Noturno	
1º ao 5º ano- multisseriado	Alunos
7º ano	30 alunos
8º ano	20 alunos
9º ano	25 alunos

Fonte: Material da coleta de dados do Pesquisador.

Nos fins de semana a escola se encontra aberta a comunidade para palestras, ações de igrejas, jogos e outros eventos o qual proporciona momentos de socialização à comunidade.

O PPP da escola traz o seguinte contexto em relação a inclusão escolar: “Com relação aos alunos com necessidades especiais procuramos nos orientar da melhor maneira, pesquisando, trocando experiências e buscando subsídios para que cada vez mais possamos desenvolver nossa função na inclusão social. Sendo que a escola já conta com sala de recurso onde atendemos os alunos com necessidades educacionais especiais e com dificuldades de aprendizagem. Dessa forma, desde 20 de dezembro de 1996, com a Lei nº 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Capítulo V – da Educação Especial, se constrói um novo olhar para a Educação Especial, viabilizando uma prática inclusiva — que enfatiza, no art. 58, que a educação especial pode ser entendida “para os efeitos desta Lei, [como] a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educando portador de necessidades especiais”.”

O prédio da escola é próprio, dotado de infraestrutura de médio porte e conta com as seguintes dependências:

Setor Administrativo:

- Diretoria
- Secretaria

Setor de serviços:

- Cozinha
- Deposito

Espaço esportivo

- Quadra de esporte coberta
- Quadra de areia

Setor pedagógico:

- 04 salas de aulas
- 01 sala de informática
- 01 sala para professores
- 01 sala de oficinas/ biblioteca
- 01 sala de Recursos, atendimento AEE.

Com relação a escola está adaptada a receber todos os alunos inclusive de necessidades especiais, aos recursos pedagógicos a escola conta com materiais e recursos pedagógicos adquiridos com recursos do: FNDE/MEC (PDDE, MAIS EDUCAÇÃO, SALA

MULTIFUNCIONAL-AEE, PREFEITURA MUNICIPAL-SEME- Secretaria Municipal de Educação.

A escola possui 37 servidores alocados nas mais diversas funções como consta no quadro abaixo com suas respectivas formações:

**Quadro 4 – Profissionais da Escola 3 e sua formação**

<b>Função</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Formação</b>
Gestora	01	Licenciatura em pedagogia
Secretária	01	Magistério
Coord. Administrativo	01	Magistério
Coord. Pedagógica Ensino Bibliotecária F	02	Pedagogia/ história
Coord. Pedagógica EJA	01	Geografia/Pedagogia
Coord. Mais Educação	01	Pedagogia/ história
Aux. Administrativo	01	Magistério
Bibliotecária	01	Pedagogia
Supervisora Educativa	01	Pedagogia/ gestão escolar
Agente Administrativo Educativa – Merenda	03	Ensino Médio/Ensino Fund. Incompleto
Agente Administrativo Educativa – Serviços Gerais	05	Licenciatura Letras/Ensino Médio/Ensino Fundamental Incompleto
Agente Administrativo Educativa – Vigias	03	Ensino Médio/Ensino Fundamental

Fonte: Material da coleta de dados do Pesquisador.

**Quadro 5 – Profissionais da Escola 3 - Corpo Docente**

<b>Quantidade</b>	<b>Formação</b>	<b>Turno</b>	<b>Ano</b>
01	Pedagogia	Matutino	1ºanoU
01	Pedagogia	Vespertino	2º ano U
01	Pedagogia	Matutino	3º ano A
01	Educação / física	Mat/ Vesp	3º ano B
01	Sup.(cursando)	Matutino	4º ano A
01	Geog/especialização	Matutino	5º ano A
01	Geog/especialização	Vespertino	5º ano B
01	Pedagogia	Noturno	EJA
01	Pedag/especialização	Noturno	EJA
01	Licenciatura em pedagogia	Noturno	EJA
01	Pedagogia	Noturno	EJA
01	Pedag/história	Noturno	EJA
01	Pedagogia	Noturno	EJA
01	Letras/graduações	Noturno	EJA

Fonte: Material da coleta de dados do Pesquisador.

**Quadro 6 - Rede de apoio à Inclusão**

<b>Quantidade</b>	<b>Formação</b>	<b>Turno</b>	<b>Função</b>
01	Pedag/especialização	Mat./ Vesp	Professora AEE
01	Pedag/especialização	Normal sup. e Esp.	Coordenadora da diversidade (SEME)

Fonte: Material da coleta de dados do Pesquisador.

#### **4.2 – Participantes:**

Os participantes deste estudo são 9 (nove) professores sendo 3 (três) diretores 3 (três) professoras de sala regular, 3 (três) professoras de sala de recursos pedagógicos. Chamaremos os diretores de: Diretor E1, E2 e E3 sendo que o diretor E1 será o diretor da escola 1, o diretor E2 será o diretor da escola 2 e o diretor E3 será o diretor da escola 3; chamaremos os professores das salas regulares de: Prof regular E1 será o professor da sala de ensino regular

da escola 1, Prof regular E2 será o professor da sala de ensino regular da escola 2 e o Prof regular E3 será o professor da sala de ensino regular da escola 3; chamaremos também os professores das salas de recursos de: Prof recursos E1 será o professor da sala de ensino regular da escola 1, Prof recursos E2 será o professor da sala de ensino regular da escola 2 e o Prof recursos E3 será o professor da sala de ensino regular da escola 3, de acordo com o quadro abaixo:

**Quadro 7 – Participantes dos Estudo**

<b>ESCOLA 1 – E1</b>	<b>ESCOLA 2 – E2</b>	<b>ESCOLA 3 – E3</b>
Diretor = <b>DE1</b>	Diretor = <b>DE2</b>	Diretor = <b>DE3</b>
Professor Sala Regular = <b>PRE1</b>	Professor Sala Regular = <b>PRE2</b>	Professor Sala Regular = <b>PRE3</b>
Professor Sala Recursos = <b>PSRE1</b>	Professor Sala Recursos = <b>PSRE2</b>	Professor Sala Recursos = <b>PSRE3</b>

Através dos quadros abaixo podemos conhecer uma pouco mais dos entrevistados:

**Quadro 8 – Professores do Ensino Regular, Tempo de formação inicial e continuada**

<b>PROFESSORES DO ENSINO REGULAR</b>			
<b>Características</b>	<b>PRE1</b>	<b>PRE2</b>	<b>PRE3</b>
Formação	Pedagogia	Pedagogia	Letras 8º p
Tempo de Atuação no magistério	30 Anos	16 Anos	13 Anos
Cursos de Formação Continuada	02	01	00
Nº Aulas semanais	24	40	40
Nº Alunos por Turma	18	30	30
Nº Alunos NEE por Turma	01	06	03

Fonte: Material da coleta de dados do Pesquisador

**Quadro 9 – Professores do Ensino Regular, Tempo de formação inicial e continuada**

<b>PROFESSORES DAS SALAS DE RECURSOS</b>			
<b>Características</b>	<b>PSRE1</b>	<b>PSRE2</b>	<b>PSRE3</b>
Formação	História	Ciências	Pedagogia
Tempo de Atuação no magistério	01 Ano	20 Anos	17 Anos

Cursos de Formação Continuada	01	00	03
Nº Aulas semanais	24	24	40
Nº Alunos por Turma	2 a 5	07	2 a 5
Nº Alunos NEE por Turma	1 a 3	07	1 a 3

Fonte: Material da coleta de dados do Pesquisador

<b>DIRETORES</b>			
<b>Características</b>	<b>DE1</b>	<b>DE2</b>	<b>DE3</b>
Formação	Ciências Biológicas	Letras	Pedagogia
Tempo de Atuação como diretor	01 Ano	08 meses	01 ano
Cursos de Formação Continuada	01	00	00
Nº Alunos NEE na Escola	17	14	1 a 3

Fonte: Material da coleta de dados do Pesquisador

#### **4.3 – Instrumentos e Materiais de Construção das Informações**

Os instrumentos utilizados neste estudo foram: entrevistas semiestruturadas com os diretores, professores do ensino regular e da sala de recurso das escolas pesquisadas, utilizando um roteiro de entrevistas que foi anexado ao final do trabalho (APENDICE A), o levantamento a partir de uma planilha (APENDICE B) para verificar as condições da acessibilidade Das escolas pesquisadas análise dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas pesquisadas.

Foram criados três roteiros de entrevistas sendo um para os diretores (DE1, DE2 e DE3), um para os professores do ensino regular (PRE1, PRE2 e PRE3) e um para os professores das salas de recursos (PSRE1, PSRE2 e PSRE3). Já a planilha para verificar a acessibilidade nas escolas foi a mesma para as três escolas (E1, E2 e E3).

A entrevista com a **Profª da sala de Recursos (PRSE2)** não pode ser realizada devido a mesma estar de licença médica se recuperando de uma cirurgia. Entretanto, ela se dispôs a colaborar e respondeu a um questionário, cuja perguntas foram as mesmas do roteiro de entrevista com as devidas adaptadas e encaminhada para a sua casa para que o mesmo fosse respondido e devolvido.

Os materiais utilizados para construir os dados foram: um gravador (Smartphone) para gravar as entrevistas com os participantes e fazer as fotos das escolas pesquisadas, especialmente, as condições de acessibilidade.

#### 4.4 – Procedimentos de Construção das Informações

A construção das informações foi realizada por meio das entrevistas semiestruturadas com os gestores e professores da sala regular e da sala de recursos e também através de planilhas que analisamos a questão da existência ou não da acessibilidade na parte estrutural das escolas visitadas.

Após definir quais as escolas que seriam pesquisadas, visitei todas as escolas (E1, E2 e E3) no dia 13/10 para agendar as entrevistas. Neste mesmo dia consegui agendar com todos os diretores das escolas e fui autorizado por eles a realizar a pesquisa. A seguir descrevemos os procedimentos adotados em cada escola para que o referido estudo acontecesse da melhor forma possível:

**Escola E1:** no dia 14/10/2015, quarta-feira pela manhã, cheguei à referida escola munido da Carta de Apresentação e fui muito bem recebido pela Diretora, cujas características estão citadas no subtópico 4.2 (Participantes). Em conversa com essa Diretora tive acesso ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, no qual analisei constatei que ele traz em sua capa a frase **“Promovendo Educação Inclusiva”** que é um *slogan* dirigido à inclusão escolar. Constatei ainda que o PPP da escola é voltado à inclusão. Em seguida, fui autorizado pela gestora a realizar a pesquisa na citada escola com as professoras e me apresentou às professoras: *Prof<sup>a</sup> do ensino regular E1 (PRE1)* e *Prof<sup>a</sup> da Sala de recursos (PSRE1)*. Agendei as entrevistas para o dia 16/10 no período da manhã a partir das 8h.

No dia 13/10, realizei também a verificação dos espaços físicos dessa escola observando as condições de acessibilidade, utilizando como referência os dados da planilha outrora citada. Esta verificação teve início já na parte externa da escola e se estendeu aos corredores, banheiros, salas de aula, quadra, refeitório e biblioteca, enfim a verificação contemplou toda a escola com todos os aspectos descritos na planilha, finalizando esta primeira parte da pesquisa.

No dia 16/10, como combinado dirigi-me à direção para fazer a entrevista. Apesar da combinação, a mesma disse que não teria tempo e remarcou para a próxima segunda-feira, dia 19/10 também pela manhã. Com isso fui à sala de recursos, onde entrevistei a **PSRE1**. Esta entrevista teve duração de 18 minutos 33 segundos. Essa professora deixou claro seu desejo

de colaborar com o trabalho e demonstrou ter muita vontade e disposição para atuar com a inclusão e na sala de recursos sendo bastante atenciosa e respondendo todas as perguntas, e logo em seguida chegou na sala a **PRE1** e realizamos a entrevista que teve duração de 21m 45s e também constatei que essa professora demonstrou muito interesse em colaborar com o trabalho.

No dia 19/10, segunda-feira, retornei à escola para realizar a entrevista com a diretora e a mesma demonstrou como as demais, interesse e entusiasmo em participar da pesquisa. Sua entrevista teve duração de 15 minutos e 44 segundos.

**Escola E2:** No dia 14/10/2015, quarta-feira pela manhã, cheguei à referida escola munido da Carta de apresentação e fui muito bem recebido pelo Diretor que algumas características foram descritas no subtópico 4.2 (Participantes), como relatado da descrição da escola anterior. Neste dia, nenhum dos professores estavam em condições de ser entrevistados neste e então, agendamos para o dia 21/10, quarta-feira, a partir das 13 horas. Neste mesmo dia 14/10, realizamos os mesmos procedimentos da escola anterior. Analisei a parte física da escola, verificando se a mesma possuía acessibilidade, utilizando a planilha outrora citada. Esta verificação teve início na parte externa da escola, bem como se estendeu aos corredores, banheiros, salas de aula, quadra, refeitório e biblioteca, enfim a análise se estendeu por toda a escola completando todos aspectos descritos na planilha e finalizando esta primeira parte da pesquisa.

Dia 21/10, quarta-feira, no período da tarde retornei à E2 para realizar as entrevistas com as professoras. Sendo assim, entrevistei a **PRE2** que teve a duração de 33min 22s sendo, mas a professora demonstrou grande interesse em participar do estudo. Quando procurei a **PSRE3** para realizar a pesquisa tive a surpresa e a notícia que a mesma estava de licença e se recuperando de uma cirurgia em casa. No entanto, consegui com a secretária da escola o número de telefone e consegui ligar e propus que ela respondesse a um questionário de acordo com o roteiro de entrevista como se fosse um questionário e ela aceitou, fiquei muito feliz, e ela indicou sua nora que trabalha também na escola que pegasse o roteiro e assim aconteceu enviei o mesmo a ela e ela retornou o mesmo respondido, neste mesmo dia e período entrevistei o diretor que por sinal é o único do sexo masculino que fez parte da entrevista o restante dos pesquisados eram do sexo feminino, a entrevista durou 14m 41s e o mesmo demonstrou também um grande interesse em participar da pesquisa, a análise do PPP da mesma aconteceu neste dia e consegui xerocar algumas partes para possíveis pesquisas futuras no decorrer da elaboração deste.

**Escola E3:** no dia 08/10/2015 quarta-feira no período vespertino cheguei à referida escola munido da Carta de apresentação e fui muito bem recebido pela secretária da escola e a mesma me disse que a diretora não estava presente e que a mesma só estaria no próximo dia 13/10 terça-feira. Retornei no dia 13/10 e a diretora estava em uma formação então consegui com a secretária o telefone dela e por telefone fui autorizado a iniciar a pesquisa. Ela pediu que eu deixasse a carta de apresentação com a secretária e agendei, também, a entrevista com ela e com as demais professoras para o dia 19/10, segunda-feira, no período vespertino. Neste mesmo dia 13/10, realizei o mesmo procedimento utilizado nas escolas anteriores que foi verificar a acessibilidade na escola, utilizando a planilha. Essa verificação teve início na parte externa e se estendeu aos corredores, banheiros, salas de aula, quadra, refeitório e biblioteca, enfim a verificação contemplou toda a escola em relação aos aspectos da planilha, finalizando esta primeira parte da pesquisa.

Dia 19/10, no período vespertino, cheguei à escola para realizar a entrevista com todos (*DE3, PRE3 e PSRE3*). Fui à Direção da escola. A diretora, coordenadora pedagógica, a secretária e a *PSRE3* estavam todas na Secretaria, cada uma fazendo algo diferente. Logo, cumprimentei a todas e me apresentei para a diretora e mesmo assim, ela foi um tanto quanto desinteressada em participar da pesquisa, dizendo “estou sem tempo e muito atarefada” e propus entrevista-la em outro momento, mas ela disse que também não teria tempo em outro momento, ofereci o roteiro de entrevista para que ela respondesse em outra ocasião. Ela de maneira desinteressada disse que não teria outro momento também e ao mesmo tempo me pediu que sentasse e fizesse então a entrevista. Sentei e fui perguntando seus dados profissionais e a mesma respondendo e ao mesmo tempo analisando um documento e cheques. Quando fiz a primeira pergunta dos conteúdos, ela desconversou pedindo para que eu respondesse. Disse que a resposta era pessoal e não adiantaria eu responder. Diante do desinteresse e falta de profissionalismo por parte dessa diretora, resolvi não levar a frente a entrevista. Neste mesmo dia na sala de recursos da escola realizei a entrevista com a *PRE3* que durou 20min e com a *PSRE3*, durou 18min 44s, sendo que as duas últimas foram bastante diferentes da postura da diretora, demonstrando profissionalismo e compromisso com a educação. Consegui com a *PSRE3* o arquivo em Word do PPP escola e pude levar para casa e no outro dia analisei o mesmo e busquei subsídios referentes a escola para a pesquisa.

#### **4.5 – Procedimentos de Análise das Informações:**

Os procedimentos para analisar as informações construídas foram bem diversos também, mas todos relacionados à pesquisa qualitativa. Inicialmente, degravei as entrevistas na íntegra de todos os participantes que colaboraram para conhecer o material e começar a pensar na organização das categorias. Após a degravação das entrevistas, comecei a organizá-las para definir as categorias de análise. Após tal análise, confrontamos com as teorias sobre a inclusão expostas no referido trabalho, os dados sobre a acessibilidade por meio da planilha de maneira exaustiva, visando verificar se existe ou não um determinado quesito que possa configurar a existência da acessibilidade na escola.

Em seguida, consegui definir duas grandes categorias para responder aos objetivos deste trabalho.

## **5 RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Para discutir os resultados deste estudo neste momento, fizemos a construção de um referencial teórico sobre a inclusão escolar, no qual discutimos diversas questões, inclusive a acessibilidade a partir do tema: Uma Escola para Todos para fundamentar a análise das informações construídas neste momento do trabalho. Organizamos os dados a partir de duas grandes categorias: “A realidade da acessibilidade nas escolas pesquisadas” e “A formação e atuação dos profissionais da educação, em especial, os gestores e professores do ensino regular e da sala de recurso”.

Os profissionais da educação foram nomeados aqui como: Diretores das três escolas DE1, DE2 e DE3. Os professores do ensino regular foram nomeados como: PER1, PER2, PER3 e os da sala de recurso como: PSRE1, PSRE1, PSRE1,

### **5.1 A REALIDADE DA ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS PESQUISADAS**

A discussão das informações desta categoria: “**A realidade da acessibilidade nas escolas pesquisadas**” tomou como base, o levantamento das informações construídas sobre os espaços físicos das escolas por meio da planilha. Durante esse levantamento foram feitas imagens desses espaços físicos que expusemos aqui. Essas informações, acompanhadas das imagens, nos deram mais segurança na análise das condições ou não da acessibilidade nas escolas pesquisadas (E1, E2 e E3).

Compreendemos que uma pesquisa desta natureza nos instigou a verificar o espaço físico das escolas para que tivéssemos certeza de que os alunos com necessidades educativas especiais ao procurar a escola não fossem violentados pela ausência de acessibilidade e

pudessem vivenciar o processo ensino e aprendizagem de maneira mais confortável e minimizando as diferenças, ou seja, todos indo e vindo de maneira democrática e não exclusiva.

Com as informações da planilha utilizada constatou-se que as escolas tiveram de realizar pequenas mudanças para garantir uma acessibilidade satisfatória. Para preencher as informações na planilha, usei as respostas “sim” ou “não”, por exemplo, se tinha ou não o quesito estipulado na referida planilha. Foram observados 14 (quatorze) itens básicos em todas as escolas que foram descritos a seguir:

### 5.1.1 - A acessibilidade na Escola 1 (E1)

Na rua em frente à escola, há faixa de segurança e há uma calçada rebaixada junto à faixa de pedestre, podemos notar claramente que o portão além de possuir cor contrastante possui uma área de segurança para os alunos e utilizadores da escola e abrigarem do sol e chuva como mostram as fotos (Figuras 1 e 2) existe ainda uma calçada que contorna os muros da escola plana com pavimentação é regular e também o nome da escola está escrito com letras grandes bastante visíveis (figura 3).



**Figura 1 - Faixa de Segurança em frente à Escola 1.**



**Figura 2 - Calçada rebaixada junto a Faixa de Pedestre.**



**Figura 3 - Calçada plana com pavimentação regular e ampla.**

A faixa de segurança possibilita uma travessia segura para todos os pedestres e principalmente para os alunos portadores de necessidades especiais e o rebaixamento das calçadas para pedestres é um recurso que permite às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida atravessar a via com conforto e segurança. Além de ficar com um aspecto mais bonito a calçada plana e pavimentada proporciona também conforto e segurança não só para

os alunos com NEE e sim para todos os pedestres e participantes da escola. Contudo podemos destacar que a inclusão escolar não acontece apenas no interior da escola e sim de fora logo na entrada dos alunos. Estes três itens verificados nesta escola é de fundamental importância para a inclusão pois facilita a entrada e saída de cadeirantes, alunos com muletas e com dificuldades de mobilidade (alunos com paralisia cerebral) na instituição pesquisada.

Buscando agora uma análise da parte interna da escola verificamos que existem placas de identificação nas portas com letras grandes com contraste de cor (sem foto), e existe também um telefone público, porém ele não é acessível às pessoas em cadeira de rodas ou com outras necessidades (figura 4), detectamos claramente também que o piso é irregular, pois a escola não é construída em um terreno plano, seu piso não é antiderrapante e não-ofuscante (figura 5), no entanto existem rampas, para vencer desníveis, ao longo do caminho (figura 6)



**Figura 4 - orelhão porém não acessível.**



**Figura 5 - Piso irregular e liso**



**Figura 6 - rampas para vencer os desníveis**

Foi constatado que na entrada das salas de aula não possuem rampas para vencer os desníveis (figura 7), os corredores possuem larguras suficientes para acessibilidade (figura 8) e as portas são coloridas, destacando-se da cor das paredes (figura 9). Quero ressaltar que esta é a única porta que possui rampa: a sala de recursos. Podemos demonstrar que as portas são coloridas e destacam-se da cor das paredes.



**Figura 7 - Salas sem rampas nas portas de entrada.**



**Figura 8 - Piso irregular e liso**



**Figura 9 - Corredores amplos**

No banheiro, as torneiras são de difícil manuseio e não existem pias com alturas adequadas para alunos portadores de alguma necessidade especial (figura 10) e também não existe vaso sanitário infantil para crianças menores e pessoas com baixa estatura. Por outro lado, não é pavimentado o caminho entre a escola e a quadra de esporte, bem como não possui rampas (figura 11).



**Figura 10 - Torneiras inadequadas e pias sem acessibilidade.**



**Figura 11 - Caminho escola/quadra desprovido de piso e rampas.**

### 5.1.2 - A acessibilidade na Escola 2 (E2)

Na rua em frente à escola há uma faixa de segurança (figura 12), a calçada está rebaixada, porém não está junto a faixa de pedestres (figura 13) e o portão possui cor contrastante com a do muro e o nome da escola em letras grandes também (figura 12).

Podemos constatar ainda no espaço externo da escola que a calçada que contorna os muros da escola é plana com pavimentação regular (figura 14).



**Figura 12 - Faixa de Segurança em frente à Escola.**



**Figura 13 - Calçada rebaixada mas não junto à faixa de pedestre.**



**Figura 14 - Calçada plana com pavimentação regular e ampla!**

Já na parte interna da escola, constatamos que não existem placas de identificação nas portas com letras grandes com contraste de cor, porém em algumas salas existem uma identificação na parte superior da porta com letras grandes e com contraste de cor como é o exemplo da sala de recursos (figura 18). Existe também um telefone público porém o mesmo não possui acessibilidade. Foi constatado ainda que a escola não possui um piso regular, antiderrapante e não-ofuscante (figura 15). Mas existem rampas, para vencer desníveis, ao longo do caminho e também nas portas de entrada das salas (figura 16), os corredores possuem largura suficiente para a quantidade de pessoas que os utilizam, embora em um deles existe um bebedouro que diminuiu a acessibilidade (figura 17).



Figura 15 - Piso irregular e liso.



Figura 16 - Rampas nas portas



Figura 17 - Corredores amplos.

As portas são coloridas, destacando-se da cor das paredes, a escola possui sala de recursos (figura 18). Analisando ainda o espaço interno da escola, constatamos que no banheiro, as torneiras são de difícil acesso e manuseio devido as pias não serem acessível aos alunos pequenos (figura 19). Mas existe no banheiro um sanitário infantil para crianças menores e pessoas com baixa estatura (figura 20):



Figura 18 - Portas coloridas. Figura 19 - Torneiras inacessíveis

Figura 20 - Vaso infantil.

O caminho entre a escola e a quadra é largo e possui piso pavimentado (figura 21):



**Figura 21 - Caminho escola/quadra**

### **5.1.3- A acessibilidade na Escola 2 (E2):**

Na figura 22, podemos verificar na rua em frente à escola que há uma faixa de segurança, embora esta faixa esteja quase invisível, constatamos que a calçada está rebaixada, porém não esteja junto a faixa de segurança. O portão de entrada da escola é facilmente identificado, desde a calçada, pois possui cor contrastante com a do muro e o nome da escola em letras grandes, embora estejam quase apagadas e desgastadas com o tempo. A escola não possui calçada plana e não é pavimentada. A figura 23 nos mostra que o portão fica posicionado em um local não muito estratégico, pois ele fica virado para uma rua e não em frente à calçada.



**Figura 22 - Faixa de segurança quase apagada.**



**Figura 22 – Portão de frente a rua.**

Já no interior da escola, foi possível constatar apenas a sala de recursos possui identificação na porta e nas salas de aula apenas encontramos a placa de boas vindas, mas as portas são coloridas, destacando-se da cor das paredes (Figuras 23 e 24). No interior da escola não há telefone público e o piso não é regular, antiderrapante e não-ofuscante (figura 25), mas existem rampas para vencer os desníveis ao longo do caminho que levam as salas e banheiros. Não há rampas nas porta de entrada das salas (figura 24 e 25), os corredores possuem largura suficiente para a quantidade de pessoas que os utilizam (figura 25):



**Figura 23 - Sala de Recursos**



**Figura 24 - Sala de Aula**



**Figura 24 – Piso e corredor.**

No banheiro, observamos (figura 12) que as torneiras são de difícil acesso e manuseio por não possuírem acessibilidade, pois as pias e os vasos sanitário não são adequados para crianças pequenas e pessoas com baixa estatura (figuras 25 e 26) e com a (figura 27), podemos ver claramente que o caminho entre a escola e a quadra não possui piso pavimentado e nem rampas.



**Figura 25 – Torneiras inacessíveis.**



**Figura 26 – Vasos grandes**



**Figura 27 – Acesso Escola/quadra**

Analisando a descrição da acessibilidade encontrada nas três escolas da pesquisa, é possível verificar que o Decreto nº 7.611/2011 dispõe sobre o atendimento educacional especializado, consolida diretrizes e ações já existentes, voltadas à educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Ou seja, ele regulamenta o parágrafo único do art. 60 da LDB (9394/1996) vigente, destinando recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) ao atendimento educacional especializado de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados na rede pública de ensino regular. Ainda este decreto prevê ações que podem ser realizadas pelo Ministério da Educação para o Atendimento Educacional Especializado. Dentre essas ações, estão a implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, a formação de professores para atender alunos com necessidades educacionais especiais (AEE), a formação de gestores e professores para a educação inclusiva, as adaptações arquitetônicas das escolas, a produção e distribuição de recursos para a acessibilidade nas instituições escolares.

## **5.2 A FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO**

Cumprido o que foi proposto nos objetivos deste trabalho fomos a campo para realizarmos a pesquisa em três escolas que atuam com os anos iniciais do ensino fundamental e que possuem também sala de recursos pedagógicos para atender alunos com necessidades especiais de ensino, nestas escolas entrevistamos os diretores, o professor da sala de recursos e um professor de sala regular, dando um total de 9 (nove) professores entrevistados.

Os profissionais da educação foram nomeados aqui como: Diretores das três escolas DE1, DE2 e DE3. Os professores do ensino regular foram nomeados como: PER1, PER2, PER3 e os da sala de recurso como: PSRE1, PSRE1, PSRE1.

Para iniciar a discussão sobre essa segunda categoria, denominada: **A formação e atuação dos profissionais da educação**, trabalhamos com as respostas dos instrumentos de construção dos dados, a saber: o questionário e a entrevista semiestruturada realizada com os profissionais de educação das escolas pesquisadas. Para facilitar a discussão dos dados, organizamos 11 (onze) subtópicos, entre eles:

**5.2.1** Educação inclusiva, a partir das concepções dos profissionais da educação em questão

**5.2.2** O envolvimento, as adaptações e as dificuldades encontradas pelos professores na inclusão escolar.

**5.2.3** Interação entre os professores da sala regular e professores da sala de recursos

**5.2.4** Um dia normal de aula com alunos com NEE, a necessidade de auxílio de monitor/cuidador e as dificuldades de um aluno com NEE na sala de regular e de recursos.

**5.2.5** A qualificação dos professores que atuam na inclusão escolar.

**5.2.6** A interação entre os pais e professores de alunos com NEE existe?

**5.2.7** falando um pouco sobre a importância do estado, escola e família no contexto inclusão.

**5.2.8** Sugestão de como deveria ser a inclusão de aluno com NEE na escola

**5.2.9** o apoio do poder público para a inclusão escolar.

**5.2.10** a escola já necessitou e solicitou recursos materiais e humanos para atender aos alunos com NEE?

**5.2.11** falando um pouco da história da inclusão na escola dentro da sua trajetória profissional:

## **5.2.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA A PARTIR DAS CONCEPÇÕES DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO EM QUESTÃO**

Analisando os instrumentos de construção, foi possível constatar que sete dos nove profissionais participantes do estudo têm uma opinião formada sobre o que é inclusão escolar. Para eles, a inclusão escolar é:

*“Inclusão escolar é acolher todas as pessoas sem exceção na escola independente de cor, classe social e condições físicas e psicológicas”* (DE1).

*“É a mudança de concepção que temos da escola e da compreensão de que cada aluno é único e temos de buscar formas adequadas que eliminam barreiras na construção do conhecimento do educando especial”* (PRE1).

*“É a concepção de que cada aluno é único, que mesmo tendo dificuldades elas devem ser eliminadas para a construção do conhecimento”*. (PSRE1)

*“Inclusão escolar é receber todos os alunos sem discriminar suas condições físicas e mentais, sem discriminar também classe social e raça”*. (DE2)

*“A inclusão escolar para que ela aconteça deve ser mais no corpo a corpo com o aluno com NEE, senão o professor se perde na sala de aula e a inclusão pode se tornar agressiva para o aluno e professor”*. (PRE2)

*“É permitir que o aluno com necessidade educativa especial tenha acesso a escola e exerça a sua cidadania”*. (PSRE3)

*“É colocar alunos com dificuldades de aprendizagem com alunos que se desenvolve*

*rapidamente*”. (PRE3)

Quero destacar que dois profissionais (DE3 e PSRE2) não responderam a questão sobre o que é a inclusão escolar.

Os professores foram bastante coerentes nas suas respostas falando do respeito que temos que ter com os aspectos individuais de cada aluno e que deve-se levar em conta suas dificuldades e tentar fazer com que seja superada tais dificuldades para que aconteça a inclusão escolar eliminando algumas barreiras que impeçam que este aluno seja incluído no ensino regular.

Contudo teremos que concordar com MACIEL e BARBATO, 2010 que coloca que independentemente da sua formação e da posição que você ocupa na escola em que trabalha, que primordial, que o educador busque construir conhecimentos para a promoção de uma inclusão escolar efetiva.

### **5.2.2 O ENVOLVIMENTO, AS ADAPTAÇÕES/ESTRATÉGIAS E AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS PROFESSORES NA INCLUSÃO ESCOLAR.**

a) O envolvimento com o ensino de alunos com necessidades educacionais especiais foi questão de oportunidade:

*“A Delegacia Regional de Ensino me ofertou a vaga para a sala de recursos, que mesmo sabendo que não tinha nenhuma experiência, mas vejo como um crescimento profissional”* (PSRE1).

*“Antes de ser uma educadora já era muito atraída por pessoas com necessidades especiais e com a profissão veio a possibilidade de ajudar esses alunos”* (PRE1).

*“O envolvimento com o ensino de alunos com NEE foi um questão de que tem que se trabalhar mesmo o aluno tem direito e temos que ofertar”* (PRE2)

*“Não tinha carga horária na disciplina que trabalho (matemática) sobrou a sala de recursos”* (PSRE2)

*“A gestora me perguntou quem eu indicaria para ser a professora da sala de recursos, eu respondi que eu me candidatava”* (PSRE3)

*“Nenhuma capacitação para recebe-los e desenvolver atividades que possam contribuir no crescimento”* (PRE3)

b) Adaptações/estratégias:

*“A partir da observação do aluno com dificuldades educacionais selecionamos*

*recursos mais adequados e se preciso ajustamos para aprendizagem satisfatória*". (PRE1)

*"Utilizamos atividade de concentração através de jogos de memória, quebra cabeça e brinquedos de encaixe e também brincadeiras com números e letras"*. (PSRE1)

"Os jogos de memoria no computador, pinturas a mão livre e a montagem de peças de encaixe" (PSRE2)

"A estratégia é conscientizar a turma que o aluno mesmo com suas dificuldades e diferença esse aluno é um aluno como outro qualquer e tem que ser visto também como uma aluno normal" (PRE2)

"textoteca que são textos pequenos que leio com o aluno, pois por não saberem ler fluentemente se desanimam com textos longos" (PSRE3)

"É bem complicado pois nunca esquecerei de um aluno que era surdo e não consegui contribuir com nenhum avanço, pois as atividades eram as mesmas e com esse aluno que tenho hoje só reviso o que já passei a ele e a mesmo esquece com frequência" (PRE3).

c) As dificuldades:

*"Com a minha pouca experiência com alunos especiais, em alguns momentos me encontro com dificuldades em controla-los quando estão agitados"* (PSRE1)

*"Sinto dificuldade em ministrar aulas de matemática par uma aluna surda no 6º ano"* (PRE1)

"As dificuldades são muitas pois colocar um aluno com deficiência em uma sala com 30 alunos sendo que o poder público só quer que façamos a inclusão e não dá suporte adequado" (PRE2).

"Não ter tido uma capacitação ou formação especifica para trabalhar com eles" (PSRE2).

*"Esses alunos são rotulados como incapazes muitas vezes mesmo pela família. Busco atividades para superar essa baixa estima como quebra-cabeça, pintura livre, jogos pedagógicos on line"*(PSRE3)

"Sensação de impotência é perceber que teria que ter uma preparação e conhecimento para dar suporte a esses alunos" (PRE3).

Podemos notar no entanto na maioria das vezes que o envolvimento com a inclusão escolar pelos professores pesquisados foi uma questão de necessidade de ter que trabalhar pois apenas um professor dos seis tinha vontade de trabalhar com alunos com NEE o PRE1 que disse: *"Antes de ser uma educadora já era muito atraída por pessoas com necessidades especiais e com a profissão veio a possibilidade de ajudar esses alunos"*.

O uso dos jogos pedagógicos e cognitivos uma estratégia muito importante para o desenvolvimento dos alunos com NEE pois eles ajudam muito no desenvolvimento cognitivo e proximal do aluno com destaca Maciel e Barbato, 2010, (p.14) *apud* Vigotski (1994) que menciona a importância do jogo infantil e do brinquedo, porque criam várias zonas de desenvolvimento proximal.

### **5.2.3 INTERAÇÃO ENTRE OS PROFESSORES DA SALA REGULAR E PROFESSORES DA SALA DE RECURSOS**

“A interação é muito boa, conversamos sobre as dificuldades deles e seu comportamento” (PSRE1).

“Trocando experiências de acordo com a observação do desenvolvimento cognitivo do educando” (PRE1)

“A interação é boa sempre planejamos juntos e falamos das dificuldades de trabalhar com os alunos por não ter conhecimento de causa” (PSRE2)

“Não posso passar as mesmas atividades da sala de recursos na sala regular porque quando passo uma “tarefinha” de desenho por exemplo e quando vou atender outro aluno o aluno com NEE já rasgou toda a tarefa proposta então falta uma pessoa para dar o suporte nas aulas na sala, eles aprendem sem duvida mas é bem lento o desenvolvimento” (PRE2).

“Não. Individual e o plano é normal não diferencia.” (PRE2)

“Procuo dialogar sobre o desenvolvimento do aluno, seus avanços, retrocesso, interajo bem com eles”. (PSRE3)

Esta interação deve ser sempre e constante para que o desenvolvimento destes alunos aconteça da melhor forma, pois estes profissionais devem se ajudar porque cada aula temos que detectar maneiras novas de lidar em determinadas situações diferentes e podemos usar estas situações para não cometer os mesmos erros e tornar a inclusão menos dolorosa para os alunos e professores.

### **5.2.4 UM DIA NORMAL DE AULA COM ALUNOS COM NEE, A NECESSIDADE DE AUXILIO DE MONITOR/CUIDADOR E AS DIFICULDADES DE UM ALUNO COM NEE NA SALA DE REGULAR E DE RECURSOS.**

**a) Um dia normal de aula:** “Os alunos especiais exigem mais mudanças em nossas ações, tem dia que respondem a uma determinada metodologia e às vezes demoram mais tempo” (PRE1)

“A aula inicia com uma atividade xerocada com conteúdo individual de acordo com o grau de dificuldade de cada um e após esta atividade eles usam jogos pedagógicos” (PSRE1)

“O aluno com NEE sempre esta na aula a menos que ele vá à alguma consulta, e o corre corre é normal, é sufoco muitas vezes você não sabe se dá apoio para a turma toda ou socorre esse aluno, se distrair ele coloca a sala de cabeça para baixo, a situação é meio difícil, nos já solicitamos que fosse providenciado um acompanhante e nada, é um dia normal entre aspas” (PRE2)

“Em relação às minhas aulas na sala tenho muitas frustrações, pois planejo e quase não consigo cumprir o que planejei pois eles faltam muito. Mais em suma trabalho Jogos da memoria no computador, pintura a mão livre, coordenação motora” (PSRE2)

“As aulas começam com uma acolhida dos alunos e uma leitura compartilhada, produção escrita e jogo pedagógico e atividades lúdicas” (PSRE3)

“lanço as atividades para todos e peço para que ele se sente comigo ai leio explico, mas inúmeras vezes logo esqueci tudo e em outro momento peço para a representante orientá-la” (PRE3)

#### **b) Em relação ao auxilio**

“Sou modulada como intérprete, porém estou realizando todo suporte ao educando tanto quanto intérprete também como professora” (PRE1),

“Sim, na escola existe sim um interprete de libras que acompanha um aluno surdo e todo o suporte que necessito” (PSRE1)

“Não tenho essa ajuda, tinha que cumprir o que na Lei, essa inclusão é feita só no papel.” (PRE2)

“Não para nós está apenas no papel” (PSRE2)

“Ainda não tive esta ajuda.” (PSRE3)

“Essa afirmação só ficou no papel, pois não é cumprida em nenhuma escola”. (PRE3)

**c) As dificuldades:** “Precisamos de muita reflexão para transformar as dificuldades a nosso favor e oferecer o melhor percurso que ele precisa para aprender.” (PRE1)

“Alguns alunos sim trazem dificuldades, por exemplo, um aluno que tem síndrome de *Down* que não tem uma boa comunicação e não gosta de conversar dificultando em alguns aspectos sua interação com as pessoas” (PSRE1).

“Traz muita dificuldade porque este aluno tem que ter um acompanhamento mais de

perto, se eu for dar uma atenção mais individualizada a sala se dispersa porque tem uns quatro alunos que bagunça tudo” (PRE2)

“Existem sim pois não estou preparada para trabalhar com suas necessidades e procuro fazer sempre o melhor mais ainda não consegui” (PSRE2)

“Sim, a maior dificuldade é por não serem alfabetizados.” (PSRE3)

Há dificuldades sim em atender alunos ditos normais e alunos com NEE ao mesmo tempo num sala com a média de 30 alunos, o professor sozinho não consegue isso é claro, podemos então buscar amparo na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) que diz que cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia-intérprete, bem como de monitor ou cuidador dos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras, que exijam auxílio constante no cotidiano escolar.

### **5.2.5 A QUALIFICAÇÃO DOS PROFESSORES QUE ATUAM NA INCLUSÃO ESCOLAR.**

Dos nove professores pesquisados apenas dois tem curso na área de inclusão escolar o Curso de Libras sendo que uma já participou de Seminários e Fóruns sobre a inclusão, alguns professores alegam falta de oportunidade, de oferta e o desinteresse do governo em dar condições para se qualificarem.

“Orientação Educacional e Especialização em LIBRAS – Pelo fato de amar a causa desde a nossa adolescência” (PRE1)

“Letras – LIBRAS, Seminários, Fóruns sobre inclusão, Psicopedagogia Institucional e Inclusão, participei desse cursos em busca de experiência para trabalhar com as crianças na sala de recurso” (PSRE3)

“Eu já participei de uma oficina de Braille, mas nunca coloquei em prática, a oficina tinha duração de 4 horas apenas.” (DE1)

O professor deve dominar as mais diferentes especialidades que envolvem as necessidades de aprendizagem por isso sabemos que a inclusão escolar é um processo complexo e deve ser estudado e aprimorado a cada dia como coloca MACIEL E BARBATO 2010 que é fundamental importância para a formação do professor o conhecimento dos processos comunicativos e metacomunicativos vividos nas interações criança-criança, criança-adulto (professor) e professor-professor, de modo a desvelar a qualidade de suas

interações e compreender o fenômeno em suas diferentes dimensões e contextos.

Podemos buscar amparo legal para que aconteça de fato a qualificação adequada para os profissionais que atuam na inclusão escolar que é no Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011 no seu Art. 5º que: “A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, Municípios e Distrito Federal...” e esse apoio técnico e financeiro contemplará as seguintes ações previstas no 2º Parágrafo:

III - formação continuada de professores, inclusive para o desenvolvimento da educação bilíngue para estudantes surdos ou com deficiência auditiva e do ensino do Braille para estudantes cegos ou com baixa visão;

IV - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação na perspectiva da educação inclusiva, particularmente na aprendizagem, na participação e na criação de vínculos interpessoais;

Para atuar na educação especial, de acordo com Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado, aprofunda o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial.

### **5.2.6 A INTERAÇÃO ENTRE OS PAIS E PROFESSORES DE ALUNOS COM NEE EXISTE?**

“Espero meu aluno no portão toda manhã para indagar sobre o comportamento do educando em casa e no lazer”(PRE1)

“Alguns sim, pois alguns alunos que não estuda na escola trazem eles para a aula na sala de recursos. Outros precisam de visita, na qual ainda não iniciei”.(PSRE1)

“Tenho contato com os pais, porque tem dia que ele esta mais nervosinho para saber lidar com esta situação e tem dia que ele esta mais sonolento, para saber como ele é em casa para melhorar o seu relacionamento na sala”.(PRE2)

“Muito pouco, porque eles só vêm até a escola quando são chamados e mesmo assim a maioria não comparece”.(PSRE2)

“Sim, para pedir que me ajudem, que levem no Postinho de Saúde e daí sejam encaminhados a um profissional que possa nos ajudar”.(PRE3)

“Tenho constantemente, é necessário para buscar soluções para as barreiras que são muitas, como consultas, exames, dificuldades de aprendizagem”.(PSRE3)

### **5.2.7 FALANDO UM POUCO SOBRE A IMPORTÂNCIA DO ESTADO, ESCOLA E FAMÍLIA NO CONTEXTO INCLUSÃO.**

#### **a) Estado:**

“É assegurar acessibilidade tanto ao corpo docente quanto ao corpo discente favorecendo a um atendimento à inclusão”.(PRE1)

“Compromisso de dar todo o suporte necessário para que haja a inclusão, suporte este financeiro, para que haja acessibilidade tanto para o professor quanto para o aluno”.(PSRE1)

“O Estado tem que ter os olhos mais atentos em relação a inclusão, trabalhasse melhor e investisse mais, que cumprisse mais com o papel dele, esta deixando muito a desejar, faltam recursos, faltam material, eu tive que ir na rede privada para pegar material para trabalhar com meu aluno”.(PRE2)

“Tem que cumprir o que manda a lei”.(PSRE2)

“Cumprir com as suas obrigações dando o suporte necessário e promover cursos para os profissionais das escolas”.(PRE3)

“Acredito que o estado está cumprindo com o seu dever”.(PSRE3)

#### **b) Escola:**

“É garantir e assegurar a permanência do educando na escola com sucesso no desenvolvimento da aprendizagem”.(PRE1)

“É garantir a permanência do aluno na escola, para que seja suprido suas necessidades e que tenha um desenvolvimento na aprendizagem”.(PSRE1)

“A Escola quer, ela precisa trabalhar este aluno, mas faltam condições, a escola esta cumprindo com a lei mas o Estado não, e a escola fica a mercê da família e do estado para desenvolver o papel dela, porque veio a coordenadora fala de um aluno meu com NEE que sua mãe não tem tempo para vir a escola para falar sobre seu filho. Coitadinho de nos professores e alunos ficarem em uma sala 7 horas por dia sem condições, no calor sem estar climatizada”.(PRE2)

“Receber do estado as verbas e formação para os profissionais”.(PSRE2)

“Que todos os funcionários se envolvam com a inclusão, não com o pedagógico e sim com o aluno”.(PRE3)

“A escola está de portas abertas para receber os alunos e repitar seus direitos garantidos em leis”.(PSRE3)

“A função da escola nesse processo é tentar minimizar todos os problemas que afetam no aprendizado dos alunos, para que eles possam se sentir parte do processo de aprendizagem”.(DE1)

“A escola exerce um papel fundamental na promoção dessas condições de inclusão acolhendo todas as pessoas sem exceção com o objetivo de contribuir com a sua evolução intelectual”.(DE2)

### **c) Família:**

“Na condução do educando à escola, motivando-o e participar da aprendizagem do filho com alegria”.(PRE1)

“Motivar seu filho conduzindo a escola, tendo noção de suas necessidades para ajuda-lo em seu lar”.(PSRE1)

“A Família muitas vezes é despreparada para buscar os direitos dela, agora pouco veio a coordenadora fala de um aluno meu com NEE que sua mãe não tem tempo para vir a escola para falar sobre seu filho.”(PRE2)

“Cobrar do Estado o que é direito”.(PSRE2)

“Aceite a dificuldade e encare buscando ajuda para seu membro, muitas vezes eles não aceitam que são diferentes”.(PRE3)

“Hoje com os afazeres que são tantos, as famílias deixam a responsabilidade de educar só para a escola, deixando de cumprir o seu papel”.(PSRE3)

De acordo com a Constituição Federal Brasileira (1988), é claro que o Estado e a Família devem trabalhar de forma cooperativa, num processo de efetiva colaboração:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1998)

A família além de ser fundamental para que haja a inclusão escolar ela contribui na

comunicação do professor com o aluno pois de acordo com MACIEL E BARBATO 2010 é essencial considerar o uso de gestos em sua comunicação, informar-se com os pais sobre os gestos que a criança utiliza, pois os gestos convencionados no dialeto familiar podem ser partilhados com outros mediadores e facilitarão a comunicação no cotidiano escolar, eles colocam ainda (p. 163) que escola, professores e família trabalham juntos como rede de apoio.

A Constituição Federal (1988) prevê o dever e o papel que a família e o estado deve desempenhar na formação e educação de seus membros, previsto no Art. 227:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

#### **5.2.8 SUGESTÃO DE COMO DEVERIA SER A INCLUSÃO DE ALUNO COM NEE NA ESCOLA**

“A inclusão dos alunos com NEE deveria ocorrer sempre com profissionais capacitados que possam atender adequadamente os alunos da melhor maneira”.(DE1)

“Eu não consigo pensar em inclusão de alunos com NEE na escola sem profissionais formados e capacitados para trabalhar com este público”.(DE2)

#### **5.2.9 O APOIO DO PODER PÚBLICO PARA A INCLUSÃO ESCOLAR.**

“Em 2010 a escola recebeu um recurso para a acessibilidade, adequando o espaço escolar e para compra de materiais adaptados a estes alunos. A escola conta com uma sala de recursos”.(DE1)

“Sim, por causa da sala de recursos que já é uma forma de apoio do poder público, a escola recebe do governo federal e estadual materiais tecnológicos, pedagógicos e outros”.(DE2)

#### **5.2.10 A ESCOLA JÁ NECESSITOU E SOLICITOU RECURSOS MATEIAIS E HUMANOS PARA ATENDER AOS ALUNOS COM NEE?**

“A escola conta com um profissional para atender a sala de recursos e outro interprete de libras”. (DE1)

“Sim, nós temos sala de recursos na escola e sempre estamos solicitando materiais para atender aos alunos com NEE”.(DE2)

É previsto em lei recursos dos mais variados para que a inclusão escolar aconteça de fato, previsto qualificação e formação continuada para os profissionais que atual na inclusão, previsto também recursos para adequações das escolas para que existe a acessibilidade de alunos com NEE, contudo podemos citar o Art. 5º do Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011:

A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, Municípios e Distrito Federal, e a instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

#### **5.2.11 FALANDO UM POUCO DA HISTÓRIA DA INCLUSÃO NA ESCOLA DENTRO DA SUA TRAJETÓRIA PROFISSIONAL:**

“Como eu só tenho dois anos que estou nesta unidade de ensino, eu não acompanhei o processo da inclusão na escola, mas foi feita da melhor forma possível”. (DE1)

Podemos verificar na pesquisa de campo que a escola é a que chega mais perto da inclusão em termos de acessibilidade, no entanto podemos entender que a inclusão acontece no dia a dia e o processo de inclusão não é um processo que se chega ao final ele é constante e contínuo e temos que entender que também que ela não deve ser dita que foi feita e sim que ela esta sendo feita.

“Na minha trajetória profissional tenho visto que a inclusão escolar tem sido feita, porém está longe do ideal”. (DE2)

O que é notório que a inclusão não está sendo feita devido a omissão do estado em cumprir com a Lei dando suporte financeiro, material e humano, a inclusão esta sim sendo iniciada e de maneira precária não por falta de interesse dos professores que estão sofrendo pela falta de estrutura para que esta aconteça.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste trabalho pude crescer tanto como profissional quanto como pessoa, pois tive a oportunidade de entender que a inclusão escolar para os alunos com necessidades educativas especiais deve acontecer. Embora essa inclusão tenha no mínimo algumas condições fundamentais, ou seja, um pontapé inicial. Portanto, não devemos aceitar que ela seja de qualquer maneira, mas de uma maneira menos violenta ou menos contraditória. De um lado, o Estado cria leis para que haja meios e subsídios para que a inclusão prevaleça e ao mesmo tempo não cumpre tais leis. Ou seja, a escola é obrigada a aceitar os alunos com NEE e depois gritar por recursos para manter uma mínima inclusão. Nessas condições mínimas não devemos esquecer dos profissionais que atendem esses alunos, são professores que clamam por uma qualificação/especialização, isto é, uma formação qualificada digna para executar o seu trabalho de qualidade e assim, vivam menos frustrados.

Queria não ter sentimentos para não me sensibilizar com as angústias e frustrações dos profissionais que atuam na educação atual. Neste sentido, quero deixar registrado que tive muitas dificuldades para realizar este curso. Mas ao lado dessas dificuldades consequentemente vieram o crescimento como já citado tanto profissional quanto pessoal. Hoje, já venho dando sinais que a educação não está aquele mar de rosas que é pintado nas legislações em vigor, porque no papel é tudo lindo, mas na prática é uma dor só de todos aqueles profissionais, alunos e famílias envolvidos com a educação.

Analisando agora o meu percurso neste trabalho, destaco que consegui cumprir os objetivos propostos inicialmente, em especial, as questões que tratam de verificar as condições físicas da escola no que se refere à acessibilidade. Constatamos que as escolas pesquisadas (diretor/professor) têm vontade e interesse de mudar toda parte arquitetônica para que a mesma tenha acessibilidade e favoreça à inclusão escolar. Entretanto, observamos que essas questões esbarram no descaso do Estado que é o mesmo que cria as leis dizendo que haverá verbas e meios para “isso e aquilo”, mas no fim não cumpre o que legisla.

Das três escolas pesquisadas constatou-se que a acessibilidade está assegurada um pouco mais de perto em uma delas. As outras duas já implantaram alguns elementos para dar acessibilidade, mas ainda estão longe de uma escola que seja considerada acessível e inclusiva. No geral elas devem mudar drasticamente sua parte arquitetônica, em especial, mudar todo o piso por exemplo, pois nenhuma delas tem pisos adequados e regulares. Uma das escolas não possui calçada pavimentada para proporcionar segurança e conforto aos usuários da escola e pedestres. Assim, nenhuma das escolas apresentam os quesitos que

podem assegurar à comunidade que a utiliza como escolas acessíveis. Em nenhuma das escolas possuem piso adequado ligando a escola à quadra de esporte, torneiras, pias e banheiros acessíveis com suportes adequados para alunos com NEE. Podemos constatar com a pesquisa de campo e os textos teóricos que uma escola sem acessibilidade não dá segurança para quem dela é usuário.

Para lidar com alunos com NEE, o professor deve não estar apenas mais preparado, mas ele deve ter formação condizente com às necessidades dos alunos que atenderão e ter o suporte pedagógico e humano dignos, como são previstos nas diretrizes e “lindas leis” e decretos existentes na pátria amada brasileira que buscam transformar as escolas em inclusivas. Constatamos que é previsto em lei por exemplo a existência de instrutor, de tradutor/intérprete de Libras, de monitor e de cuidador de alunos com NEE nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar e nada disso foi constatado na pesquisa.

Dos nove profissionais pesquisados apenas dois têm realizado o curso de Libras. Este curso é importante, todos nós sabemos de sua importância, mas sabemos também que só ele não é suficiente para formar o professor/coordenador pedagógico de uma escola que recebe alunos com necessidades educacionais especiais de diversas tipologias. Podemos dizer que eles estão qualificados para atuarem de maneira satisfatória na inclusão dos alunos com necessidades ligadas à surdez e alguns casos de fala. Entretanto, geralmente na escola existe uma gama de especialidades que envolvem a questão das necessidades especiais que são os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Notamos claramente que para que de fato a inclusão aconteça, teremos de superar não só os obstáculos que foram estudados nesta pesquisa que vão desde a falta de acessibilidade das escolas, a inexistência de materiais pedagógicos adequados e especializados e até a falta de formação/qualificação dos professores que atuam na inclusão escolar.

Podemos perceber a grande incoerência na proposta da inclusão escolar nos dias de hoje. Ao mesmo tempo que ela pode ser considerada democrática é ao mesmo tempo também uma “ditadura”, ou seja, *democrática*: é lindo o momento quando todos estudam na mesma sala - alunos ditos normais com os alunos com as mais diversas e variadas necessidades educacionais especiais, chamados de alunos com NEE (as pessoas com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento e com altas habilidades ou superdotação). Isso é maravilhoso todos juntos no mesmo teto, compartilhando dos mesmos ensinamentos. Já a

*“ditadura”* que estou me referindo aqui é o momento de muita dor em todos que participam da comunidade escola. Ou seja, a escola é obrigada a receber todos os alunos com NEE e colocá-los em uma sala com mais 30 alunos ditos normais que quase sempre dá mais trabalho que os próprios dito “anormais”; dor para todos da escola: professores e alunos com NEE. Os alunos que ficam dentro da sala quase sete horas por dia na escola, com professores sem nenhuma qualificação, sem auxílio de um monitor para acompanhar os alunos com NEE, sem materiais pedagógicos adequados para planejarem e executarem uma aula produtiva e satisfatória.

Contudo, percebo que grande parte da frustração dos profissionais e usuários que participam da inclusão escolar tem como responsável, o poder público. Isso sem comentar a posição das famílias que está cada vez mais ausente. O poder público é o que cria as Leis para que haja a inclusão, mas é o primeiro a descumpri-la. Tais posicionamentos sobre a responsabilidade do poder público diante da inclusão escolar ficaram mais claros durante a elaboração deste trabalho. Acredito que se as escolas estivessem adequadamente acessíveis com profissionais e auxiliares bem qualificados, materiais adequados e com uma gratificação honrosa a “inclusão” seria mais verdadeira e não este percurso de dor diária para todos que participam dela.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm)>.

Acesso em: 25 agosto 2015;

BRASIL. *Declaração de Salamanca*, MEC: Brasília 1994;

BRASIL. *Decreto nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004*. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm)>. Acesso em: 25 setembro 2015.

BRASIL, *Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011*: Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm)> Acesso em: 28 setembro 2015.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. LDB. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 01 setembro 2015;

BRASIL. *Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF, 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm)>. Acesso em: 20 setembro 2015;

BRASIL. *Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000*. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Lei da Acessibilidade. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10098.htm)>. Acesso em: 11 setembro 2015;

Dessen, Maria Auxiliador Polonia, Ana da Costa. *A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano*. Paidéia (Ribeirão Preto), Abr 2007, vol.17, no.36, p.21-32. ISSN

0103-863X. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2007000100003>> Acesso em 10 agosto 2015.

Dischinger, Marta. *Manual de acessibilidade espacial para escolas :o direito à escola acessível* / Marta Dischinger; Vera Helena Moro Bins Ely; Monna Michelle Faleiros da Cunha Borges. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2009.115 p. il.

FERREIRA, Maria Cecília Carareto. Resignificando as práticas pedagógicas da escola comum na perspectiva da educação inclusiva. In: **Anais do IX Seminário capixaba de educação inclusiva** – Resignificando conceitos e práticas: a contribuição da produção científica. Vitória: UFES, 2005.

FIGUEIREDO, Rita Vieira. Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. In: ROSA de E. G. e SOUZA V. C. (org.) *Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2002;

MACIEL, D. A., BARBATO, S. *Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar*. Brasília. Editora UNB, 2010;

POLONIA, Ana da Costa and DESSEN, Maria Auxiliadora. *A família e a escola como contextos de desenvolvimento humano*. Paidéia (Ribeirão Preto) 2007, v.17 n.36. ISSN 1982-4327. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-863X2007000100003>>. Acesso em: 22 setembro 2015;

RIBEIRO, S. L. **Acessibilidade para Inclusão na Escola: Princípios e Práticas**. Sitientibus, Feira de Santana, n. 44, p. 79-98, jan./jun. 2011. Disponível em: <[http://www2.uefs.br:8081/sitientibus/pdf/44/C\\_evaz\\_Sitientibus\\_alvaro\\_artigos4.pdf](http://www2.uefs.br:8081/sitientibus/pdf/44/C_evaz_Sitientibus_alvaro_artigos4.pdf)>. Acesso em: 25 setembro 2015.

## APÊNDICES

### Apêndice A

#### I - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM PROFESSORES

Apresentação:

Nome:

Data de nascimento:

Formação escolar:

Faculdade em que se formou:

Tempo de atuação:

Trabalha em quantas escolas:

Número de aulas semanais:

Número de alunos por sala:

Número de alunos com deficiência por sala:

Conhecimentos sobre a inclusão escolar:

. Fale um pouco da sua visão sobre o que é inclusão escolar:

. Como você se envolveu no ensino de crianças com necessidades educacionais especiais?

. Cite algumas adaptações ou estilos próprios de trabalho que você usa para sanar algumas dificuldades nas aulas com alunos com necessidades educacionais especiais:

. Sente alguma dificuldade em trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais em uma sala regular?

. Descreva um dia normal de aula inclusiva com alunos com necessidades especiais:

. De acordo com **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva – 2008** cabe aos sistemas de ensino, ao organizar a educação especial na perspectiva da educação inclusiva, disponibilizar as funções de instrutor, tradutor/intérprete de Libras e guia intérprete, bem como de monitor ou cuidador aos alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção, entre outras que exijam auxílio constante no cotidiano escolar. Contudo você tem ajuda de outro profissional para auxiliá-lo em caso de necessidade?

. Quantos cursos você participou relacionados a inclusão escolar? Por que?

. A presença de alunos deficientes dificulta os trabalhos de aprendizagem na sala de aula?

. Você tem contato constante com os pais dos alunos com necessidades especiais? Porque?

. Quais estratégias utilizadas você considera que facilitaram o trabalho no cotidiano da sala de aula em relação a inclusão?

. Você sente que a inclusão esta acontecendo em sua escola? Ou não é viável a permanência de alunos com necessidades especiais de aprendizagem em uma sala regular.

. Fale sobre o compromisso destas três instituições para que a inclusão aconteça em sua escola:

- a) Estado :
- b) Família:
- c) Escola:

## **Apêndice B**

### **II - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM DIRETORES:**

Nome:

Formação:

Tempo de atuação com diretor:

Número de alunos com deficiência na escola:

- . Qual sua visão sobre o que é inclusão?
- . Você tem alguma sugestão de como deveria ser a inclusão de alunos com deficiência na escola?
- . Qual deveria ser a função da escola no processo de inclusão?
- . A escola sente que tem algum apoio do poder público para que aconteça a inclusão escolar?
- . A escola já necessitou e solicitou algo e foi atendido para melhor atender os alunos com necessidades especiais de aprendizagem?
- . Fale um pouco da história da inclusão na escola dentro da sua trajetória profissional:
- . Você participou de algum curso de formação relacionado ao tema inclusão escolar? Foi possível colocar em prática o conhecimento adquirido no curso?
- . É colocado claramente na política nacional de educação especial a necessidade de se elaborar e fazer valer as políticas públicas voltadas a educação especial inclusiva através de investimentos em material humano e físico nas escolas; a escola tem algum projeto para fazer valer as políticas públicas e buscar investimentos para uma melhor inclusão em sua escola?

## PLANILHA PARA VERIFICAÇÃO DE ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS PESQUISADAS

NOME DA ESCOLA:		SIM	NÃO
01 Na rua em frente à escola, há faixa de segurança.			
02 A calçada está rebaixada junto à faixa de pedestre.			
03 O portal de entrada da escola é facilmente identificado, desde a calçada, por possuir cor contrastante com a do muro e o nome da escola em letras grandes.			
04 A calçada que contorna os muros da escola é plana e sua pavimentação é regular.			
05 Existem placas de identificação nas portas com letras grandes com contraste de cor?			
06 Há telefone público acessível a pessoas em cadeira de rodas ou com outras necessidades?			
07 O caminho de pedestres é bem pavimentado?			
08 O piso é regular, antiderrapante e não-ofuscante?			
09 Há rampas, para vencer desníveis, ao longo do caminho ou na porta de entrada?			
10 Os corredores possuem largura suficiente para a quantidade de pessoas que os utilizam?			
11 As portas são coloridas, destacando-se da cor das paredes?			
12 A escola possui sala de recursos?			
13 As torneiras são de fácil acesso e manuseio?			
14 No banheiro existe um vaso sanitário infantil para crianças menores e pessoas com baixa estatura			
15 O caminho entre a escola e a quadra é largo e possui piso pavimentado e rampas?			

**ANEXOS:**  
**ANEXO A:**



Universidade de Brasília – UnB  
Instituto de Psicologia – IP  
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

---

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Senhor(a) Professor(a),

Sou orientando(a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UnB) e estou realizando um estudo sobre \_\_\_\_\_. Assim, gostaria de consultá-lo(a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino.

A coleta de dados será realizada por meio de \_\_\_\_\_ (*explicitar todas as técnicas de coleta de dados: gravações em vídeo das situações cotidianas e rotineiras da escola; entrevistas, observações, questionários etc.*)

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como \_\_\_\_\_ (*explicitar instrumentos de coleta de dados*), ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o(a) senhor(a) poderá me contatar pelo telefone \_\_\_\_\_ ou no endereço eletrônico \_\_\_\_\_. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o(a) pesquisador(a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor(a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Pesquisador

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Professor

Nome do Professor: \_\_\_\_\_

E-mail(opcional): \_\_\_\_\_

**ANEXO B:**

Universidade de Brasília – UnB  
 Instituto de Psicologia – IP  
 Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED  
 Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS  
 Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

**Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB**

**Polo:**

**Para: o(a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor(a)** \_\_\_\_\_

**Instituição:**

**Carta de Apresentação**

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S<sup>a</sup> o cursista pós-graduando \_\_\_\_\_ que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
 Coordenador(a) do Polo ou Professor(a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Diva Albuquerque Maciel**